

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

**MORTE E VIDA DE PEQUENAS CIDADES: ESPAÇO URBANO E PAISAGEM
URBANA DE UMA CIDADE DE PEQUENO PORTE
(DORES DO INDAIÁ, MINAS GERAIS)**

Manuela Lauriano da Silva Oliveira

Belo Horizonte
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Manuela Lauriano da Silva Oliveira

**MORTE E VIDA DE PEQUENAS CIDADES: ESPAÇO URBANO E PAISAGEM
URBANA DE UMA CIDADE DE PEQUENO PORTE
(DORES DO INDAIÁ, MINAS GERAIS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Tarcísio Rodrigues Botelho

Belo Horizonte

2008

*À minha família,
pelo apoio incondicional.*

AGRADECIMENTOS

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, pela colaboração.

Aos colegas de mestrado, pelos momentos em que foi possível dialogar sobre nossos trabalhos, sempre agregando conhecimento.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Tarcísio Botelho pelo apoio, incentivo e perseverança.

À Prof. Dr^a. Luciana Teixeira de Andrade, pelo constante auxílio.

À minha Professora de graduação em Arquitetura e Urbanismo Alícia Duarte Penna, pelo ensino e incentivo.

À minha mãe, pelo apoio e dedicação.

Ao meu marido, Thalles, por me ensinar a lutar.

Aos meus entrevistados e às pessoas com as quais tive contato durante a pesquisa de campo, que enriqueceram e fundamentaram o meu trabalho.

“Parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de imagens de muitos indivíduos. Ou talvez uma série de imagens públicas, criadas por um número significativo de cidadãos.”

Kevin Lynch

RESUMO

A proposta desta dissertação é, através do estudo em espaços públicos de uma cidade de pequeno porte que fora planejada, em Minas Gerais, compreender como a configuração do espaço pode propiciar ou não interações, usos e conflitos determinados em um espaço e se isto age reflexivamente no mesmo. Buscou-se identificar a representatividade do espaço e sua vivacidade dentro do contexto da cidade ao longo do tempo. Trabalha-se, primeiramente, com conceitos que destacam as diferenças entre as grandes e as pequenas cidades, procurando evidenciar as características próprias das cidades de pequeno porte. Para isso, introduz-se o conceito de comunidade. Em seguida, há uma abordagem sobre espaço urbano, a relação entre configuração de sua paisagem e a sua apropriação, considerando os fatores de espaço e tempo. Faz-se, então, uma abordagem histórica da cidade de Dores do Indaiá, buscando descrever a história da cidade e, conseqüentemente, de seus espaços, criando um eixo histórico em torno da utilização dos mesmos, observando as regularidades presentes desde o processo de ocupação da cidade, a partir do plano inicial. Analisa-se a cidade em seu atual contexto, examinando a articulação de seus espaços existentes, procurando identificar e descrever os espaços estudados, identificar pessoas e grupos presentes nestes espaços e sua posição na estrutura urbana e sócio-econômica da cidade, relacionando grupos urbanos e suas representações da cidade através de seus espaços. Por fim, são pontuadas algumas reflexões sobre o espaço urbano, sua apropriação e sua relação com a paisagem urbana, assim como algumas conclusões apontadas por esta pesquisa.

Palavras-chave: cidade de pequeno porte, Minas Gerais, espaços públicos, espaços urbanos.

ABSTRACT

The proposal of this dissertation is study a small city in Minas Gerais, that was planned, to understand how the space configuration can help or not the uses of this space and if it's reflexive or not. It was tried to identify the representivity of the space and its vivacity in the context of the city during its existance. First, the concepts that show the differences of big and small cities are worked, to give eminence for the small city characteristics. For this, the concept of community is introduced. After, there is a research about urban space and the relationship between its landscape and how it is used, considering the topics of space and time. Then, the history of Dores do Indaiá is presented, trying to describe the history of its spaces, looking the constants, since its plan until now. The city, in its present context, is analysed, examining and describing the spaces that are studied and trying to identify groups that use these spaces and their position in the urban and economic structure, connecting groups and representations of the city throug its spaces. Finaly, there are some reflexions about urban space, its use and its relationship between the urban landscape and some conclusions pointed by this research.

Keys-words: small city, Minas Gerais, public spaces, urban spaces.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 : Localização da cidade em Minas Gerais -----	12
FIGURA 2 : O município e as cidades limítrofes -----	12
FIGURA 3 : Vista do largo de São Sebastião -----	38
FIGURA 4 : Planta da cidade de Dores do Indaiá, em 1898 -----	44
FIGURA 5 : Trabalhadores da obra da nova matriz -----	45
FIGURA 6 : Vista da Avenida Francisco Campos -----	45
FIGURA 7 : Demarcação das unidades ambientais urbanas -----	47
FIGURA 8 : Vista da Fonte do Povo -----	48
FIGURA 9 : Vista de rua pavimentada no Buracão -----	49
FIGURA 10 : Vista de rua no Buracão -----	49
FIGURA 11 : Sapolândia -----	50
FIGURA 12 : Sapolândia -----	50
FIGURA 13 : Vila Nova -----	52
FIGURA 14 : Mapa da cidade em meados de 1980 -----	54
FIGURA 15 : Mapa da cidade em 2005 -----	55
FIGURA 16 : Vistas parciais da cidade -----	55
FIGURA 17 : Praça do Santuário -----	64
FIGURA 18 : Praça do Santuário -----	64
FIGURA 19 : Praça do Santuário -----	64
FIGURA 20 : Vista aérea da Praça do Santuário-----	65
FIGURA 21 : Vista atual da Praça Prefeito Mário Carneiro -----	65
FIGURA 22 : Vista aérea de Dores do Indaiá em 1936 -----	65

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 : População de Dores do Indaiá (MG) em 1847 -----	40
TABELA 2 : População residente em Dores do Indaiá (MG) em 1970, 1980, 1991 e 2000 -----	56
TABELA 3 : Censo Demográfico 2000 – População residente, sexo e situação do domicílio, população residente de 10 anos ou mais, em Dores do Indaiá (MG)-----	56
TABELA 4 : Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes em Dores do Indaiá (MG) em 1998, 1999, 2000 e 2001 -----	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO -----	10
2 COMUNIDADE X SOCIEDADE: UMA DISCUSSÃO SOBRE A CIDADE DE PEQUENO PORTE -----	20
2.1 Weber, Simmel e Elias: teorias sobre a cidade -----	20
2.2 O conceito de comunidade e sua relação com a cidade de pequeno porte -----	23
3 A CIDADE E O URBANO: ESPAÇO E TEMPO NA CONSTITUIÇÃO DA PAISAGEM URBANO -----	28
3.1 Os conceitos de Cidade e de Urbano -----	28
3.2 A relação entre espaço e tempo -----	30
4 DO PLANO INICIAL AOS ESPAÇOS ESTUDADOS: A HISTÓRIA DO ESPAÇO URBANO DE DORES DO INDAIÁ -----	37
4.1 O surgimento do núcleo urbano -----	37
4.2 O plano da cidade -----	40
4.3 O crescimento urbano e a configuração de seus espaços -----	46
4.4 A escolha dos espaços -----	57
5 AS IMAGENS E A MEMÓRIA DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE: PAISAGEM, ESPAÇOS E GRUPOS URBANOS -----	59
5.1 A pesquisa -----	59
5.2 A Praça Prefeito Mário Carneiro -----	59
5.3 A Avenida Francisco Campos -----	66
5.4 A Praça do Povo e o Parque da Cidade -----	69
5.5 Espaços “vivos” x espaços “mortos” -----	72
6 CONCLUSÕES -----	73
REFERÊNCIAS -----	76

1 INTRODUÇÃO

As cidades são marcadas pelas interações entre pessoas ou grupos sociais, dentro de um determinado espaço urbano. Essas interações acontecem diferentemente em cada espaço de uma cidade, podendo estabelecer uma relação com a paisagem urbana criada.

O objeto de pesquisa desta dissertação é analisar a relação entre a configuração da paisagem (ou configuração espacial) dos espaços urbanos de Dores do Indaiá, cidade de pequeno porte no interior de Minas Gerais, e a sua apropriação (ou não apropriação) pela população.

Através de outros estudos por mim realizados na cidade em questão (OLIVEIRA, 2004), pude perceber que certos espaços pareciam “mortos”, vazios de seu significado como espaço público, e, algumas vezes, incorporados aos espaços privados. Por outro lado, outros espaços pareciam estar cada dia mais “vivos”, plenos de simbolismos e interações. Por observações em campo, era possível perceber como era diferente a configuração espacial dos mesmos espaços e as seguintes questões foram por mim levantadas:

- a configuração do espaço poderia influenciar o uso e a apropriação destes espaços e poderia ser, ao mesmo tempo, influenciada por seus usos, apropriações e modificações dos mesmos?
- qual a relação entre a apropriação dos espaços públicos e a paisagem urbana dos mesmos em uma cidade de pequeno porte, no atual contexto dessa cidade?
- diferentes espaços influenciam diferentes tipos de sociabilidade?
- espaços planejados provocam diferente reação da população em relação aos não planejados? Como a população vê seus espaços?
- qual o porquê dessas representações?
- como o atual processo de reestruturação urbana atua nos modos de vida dessa população e como isso se reflete em seus espaços urbanos?
- O comprometimento mútuo e o pertencimento ao lugar ainda persistem em cidades de pequeno porte?

Assim, foi estabelecido este objeto de pesquisa que busca compreender como a configuração do espaço pode propiciar ou não interações, usos e conflitos determinados em um espaço e se isto age reflexivamente no mesmo.

Contudo, é preciso ressaltar qual a importância desse estudo na cidade de Dores do Indaiá. A primeira questão que deve ser considerada é que a cidade possui um plano, que definiu o seu traçado. Este plano data de abril de 1898 e se caracteriza por ser predominantemente ortogonal, assim como as áreas de ocupação mais recente. Estas últimas

possuem um padrão regular de lotes e quarteirões, enquanto as áreas mais antigas da cidade possuem uma irregularidade na morfologia dos lotes e quarteirões. A maioria das vias existentes são largas e retas, advindas do traçado já citado. Elas ainda variam sua pavimentação em asfalto e paralelepípedos, sendo muitas vezes bastante arborizadas e de baixa declividade. A cidade se configura por seu crescimento basicamente horizontal, possuindo edificações, em sua maioria, de 1 a 2 pavimentos, com raras edificações de 5 pavimentos. Os fatos acima citados determinam a paisagem urbana da cidade, havendo visadas marcantes dos elementos referenciais da cidade, como as igrejas, a Escola Francisco Campos, o Cristo situado no morro da Capelinha, dentre outros, assim como visadas da zona rural ainda tão presente na zona urbana.

A segunda questão é o tamanho da cidade, já que se configura como uma cidade de pequeno porte. A cidade localiza-se a 230Km de Belo Horizonte, no Centro-Oeste de Minas Gerais, na Zona do Alto São Francisco, Brasil, limitando-se com os municípios de Serra da Saudade, Quartel Geral, Martinho Campos, Bom Despacho, Luz e Estrela do Indaiá (ver figura 1) . O município, com cerca de 14 mil habitantes, insere-se em uma área onde predominam cidades de pequeno a médio porte, ou seja, cidades de limitado contingente populacional, em razão da economia essencialmente rural da região. O município ainda se delimita a leste com o Rio São Francisco, sendo que há diversos ribeirões e córregos no interior do município. O córrego das Conduas, contudo, é o único que se insere também na zona urbana do município, localizando-se na porção centro-oeste do mesmo, ocupando topo e vertente, levemente inclinada e voltada para sudeste, do espigão onde estão suas nascentes, localizadas onde seria o “Parque da Cidade” e a “Fonte do Povo”, espaços constantes do plano da cidade de 1898, hoje não mais existentes.

Os espaços urbanos são amplamente valorizados na cidade, especialmente as suas praças conformadas no entorno de igrejas, como em muitas cidades pequenas, sendo estas amplamente utilizadas pela população, tanto como espaço de permanência, quanto de convivência ou para manifestações religiosas. Estas praças são marcos referenciais para a comunidade local.



Figura 1: Localização da cidade em Minas Gerais
 Fonte: Instituto da Geociência Aplicada



Figura 2: O município e as cidades limítrofes
 Fonte: www.doresdoindaia.mg.gov.br

Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982), ao estudar as *cidades médias* em Minas Gerais, identificaram que elas não são um grupo homogêneo, e que possuem quatro níveis hierárquicos. Esses níveis podem ser relacionados aos tamanhos populacionais:

Nível 1: capitais regionais, com mais de 500 mil habitantes

Nível 2: cidades médias de nível superior, com população maior do que 200 mil pessoas;

Nível 3: cidades médias propriamente ditas, incluindo desde cidades com menos de 50 mil habitantes até algumas com mais de 160 mil;

Nível 4: cidades médias de nível inferior, os centros emergentes, cuja população pode variar de 10 mil a 50 mil habitantes. (AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002, p.19)

Amorim Filho e Rigotti (2002) citam que, recentemente, Costa de Sá (2001) centrou seu estudo no nível hierárquico 4, ou seja, nos “centros emergentes”, que, segundo eles, é pouco explorada no âmbito dos estudos populacionais. Comparando os estudos de Costa de Sá (2001) e de Amorim Filho e Abreu (1982), podemos observar o aumento desses chamados centros emergentes, já que em 1982 havia 45 centros emergentes e, em 2001, o número já era de 80.

Dores do Indaiá, dentro do contexto apresentado, caracteriza-se, então, como uma cidade média de nível hierárquico 4, apesar de, nesta dissertação, ser chamada de cidade de pequeno porte. Chamou-se assim a cidade em questão por se tratar do nível mais baixo das cidades classificadas como médias e também para facilitar a compreensão do leitor de modo a destacar suas diferenças em relação ao estudo de grandes cidades. Pretende-se, então, além de todas as questões já levantadas, aprimorar o estudo sobre cidades de pequeno porte e os modos de vida de seus habitantes, já que este é um campo de grande relevância.

O estudo em questão justifica-se por diversos fatores. Primeiramente, pelo tema e objeto a ser investigado: o espaço urbano, a configuração espacial do mesmo e seus usos e apropriações. Apesar de diversos autores escreverem sobre espaços urbanos, o objeto em questão não é muito trabalhado. O espaço urbano, em especial o espaço público, por ser lugar de construção social da cidade, tem aí fundamentado sua importância no contexto da gestão de cidades. E, se sua configuração espacial possui relação estreita com o uso que fazemos dos mesmos, tem-se aí explicitado a relevância do objeto para a academia e também para o cotidiano de seus habitantes. Outro fator que justifica este projeto é o estudo de cidades de pequeno porte, em especial, em Minas Gerais e no Brasil.

Por último, há também um fator de cunho pessoal. Apresento-me em condição de construir conhecimento sobre esta problemática, primeiramente, porque sou natural de Dores do Indaiá e lá vivi até os dezoito anos, quando vim estudar na capital do Estado. Quando ocorreu essa mudança, pude perceber as diferenças concretas entre os dois tipos de cidade com as quais havia tido uma maior relação (no caso, Belo Horizonte – cidade grande - e Dores do Indaiá – cidade pequena). E, desde então, interessei-me pelo tema em questão. No

término de meu curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo realizei um estudo maior sobre a cidade de Dores do Indaiá e pude perceber certas características e peculiaridades de seus espaços públicos, o que me atentou para este tema e me fez propor o objeto de pesquisa em questão (OLIVEIRA, 2004). E, durante o processo dessa dissertação, também fui contratada para revitalizar um dos espaços que haviam sido escolhidos para pesquisa de campo dessa dissertação.

A pesquisa que pretendo empreender neste projeto tem como eixo principal o estudo dos espaços urbanos, como já foi citado anteriormente. É importante destacar neste momento os conceitos e a bibliografia que abordam este tema. Como destaca Almeida (2001), cada cidade, no decorrer de sua história, constrói identidades e imagens distintas relacionadas aos seus papéis políticos e culturais – paisagens, histórias, memórias, usos e cotidianos. Os espaços urbanos refletem, na maioria das vezes, essa construção. Plenos de simbolismos constituídos socialmente, destacam-se na paisagem a partir de sua apropriação pelas pessoas e pelos grupos urbanos.

Os espaços públicos - ruas, praças, largos, parques e outros - conformados pelo desenho urbano, muitas vezes, como um vazio na paisagem, formando a inversão figura-fundo, exercem diversos papéis que refletem, ao mesmo tempo que destacam, o seu entorno, a história, a memória e o cotidiano da cidade. Lugares de encontro, lazer, visibilidade, manifestação e interação social, os espaços públicos refletem a cultura urbana do local, os modos de vida e suas alterações, sendo objetos de constante estudo nas teorias e práticas de planejamento e intervenção urbana que vão se sucedendo nas cidades, como aborda Almeida (2001).

E qual a diferença entre um espaço urbano e um espaço público? O que pode provocar o reconhecimento dessa diferença? Segundo Leite (2004), espaço urbano e espaço público se diferenciam do mesmo modo que uma simples configuração espacial se diferencia de “lugares”. Ele entende por lugar “*uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo delimitado reflexivamente. Um lugar é sempre uma representação...*” (LEITE, 2004, p.284). Ainda segundo Leite,

Os limites e diferenças entre um espaço urbano e um espaço público podem contribuir para que seja compreendida a dupla inserção conceitual entre espaço e sociabilidade pública, entendendo aqui essa sociabilidade de modo amplo, como práticas interativas – conflitivas ou não – que ocorrem na vida cotidiana pública.” (LEITE, 2004, p. 287).

Assim, podemos perceber que o espaço público vai um pouco além do espaço urbano e, reconhecendo esta diferença, podemos compreender que aqueles espaços não são somente

uma demarcação física da paisagem, mas também uma demarcação social da cidade.

A arquitetura e a conformação da paisagem por ela circundada criam espaços capazes de trazer à tona sentimentos, memórias, emoções diversas. A apropriação desses espaços se produz de diferentes modos, configurando formas de interação, de símbolos, enfim de diversas especificidades. Desse modo, a sociabilidade também se dá de forma interativa, articulada à idéia de lugar de ocorrência, inclui o emocional e o afetivo como elementos constituintes (PAIVA, 1995). Além disso, é através das relações estabelecidas entre a arquitetura, o espaço físico e natural e os processos sociais, econômicos, demográficos e culturais que se constrói a paisagem urbana (ALMEIDA, 2001).

É preciso lembrar, contudo, que a primeira impressão que guardamos do espaço é através de sua limitação física. Segundo Kohlsdorf (1996), a apreensão dos lugares dá-se, necessariamente, a partir de sua forma física, conforme diversas abordagens arquitetônicas e geográficas da cidade, sendo necessário analisar o espaço como forma física e resultado da ordenação de elementos morfológicos, como composições plásticas. Mas não devemos esquecer que os demais processos já citados (sociais, econômicos etc) marcam também o espaço físico. Assim, como podemos observar, e como também ressalta DaMatta (1985), sem compreender a sociedade com suas redes de relações sociais não se pode interpretar como o espaço é concebido.

Nas pequenas cidades, os espaços públicos, através da intimidade decorrente da familiaridade, parecem-nos mais vivos, carregados de interações sociais e de compromissos mútuos entre as pessoas que guardam esses locais. O recente desenvolvimento urbano dessas pequenas cidades, que vêm se transformando em cidades médias e/ou emergentes, provoca uma reestruturação urbana e social das mesmas e de suas cidades vizinhas. Porém ainda é visível a importância dos marcos referenciais urbanos como espaços públicos – como as praças, por exemplo – para o estabelecimento das relações de pertencimento. É o que assinala Freitas (2000) em seu estudo sobre Sobral, no Ceará, em que ele reflete sobre as articulações de passado e presente, no embate de tradições com a modernidade globalizante.

Na configuração de seus territórios urbanos, surgem novos centros, fragmentações e desigualdades, que introduzem diferentes variáveis na percepção dos espaços públicos. A segregação sócio-espacial, apesar de existente desde o início da maioria das cidades, reforça-se dentro desse novo contexto, alterando o cotidiano das pessoas e proporcionando novos tipos de interações sociais. Além disso, vê-se também a importação de modos de vida da metrópole pela população local. Os condomínios fechados, entre outros exemplos, surgem, para comprovar essa afirmação, em muitas cidades de pequeno e médio porte em Minas Gerais.

Outra questão importante a ser considerada no estudo de pequenas cidades é a relação entre as famílias e a comunidade, e o embate entre as pessoas mais antigas na cidade com as pessoas “recém chegadas”, como analisado por Elias e Scotson (1994). As cidades de pequeno porte, muitas vezes, estabelecem relações entre grupos cuja moradia no local é mais antiga do que outros e isto, juntamente com os marcos referenciais já citados, cria relação de pertencimento entre as pessoas de um grupo que pode, ao mesmo tempo, excluir pessoas de outros grupos de recente moradia no local. O espaço público nestas cidades evidencia “as pessoas estranhas” presentes no local, o que pode permitir a exclusão, mas também, por outro lado, pode garantir a maior segurança das mesmas, através dos olhos atentos de seus moradores.

Dentro do contexto atual citado, e como ressalta Almeida (2001), há uma concordância relativa à necessidade de rever utopias, métodos e instrumentos de planejamento urbano. É preciso uma observação clara dos espaços da cidade e, como Melo (1998) destaca, a sobrevivência dos diversos grupos sociais e da própria sociedade está relacionada à possibilidade de representações individuais e coletivas, através das quais se expressam as visões de mundo, sentimentos e experiência dos indivíduos, o que justifica a importância da diversidade dos espaços urbanos (JACOBS, 2001), da elaboração de projetos de preservação de conjuntos urbanos e dos espaços públicos.

Recentemente, podemos perceber uma alteração dos conceitos, usos e apropriações dos espaços públicos e dos espaços urbanos em geral, e como ressalta Salcedo Hansen (2002), uma visão saudosista, a referência do passado é o que nos faz crer que alguns espaços morreram. Mas o espaço social urbano, ou seja, o espaço urbano imbuído de significado, é um espaço construído ao longo dos anos, o que pressupõe que a cada dia a partir do cotidiano das pessoas esse espaço seja feito e refeito reafirmando a identidade daquelas pessoas e/ou grupos urbanos.

Dentro de todo o contexto abordado até o momento, venho destacar que o objetivo geral desta dissertação é perceber a relação de interface do desenho da cidade de Dores do Indaiá, em especial de seu espaço urbano através de seu plano/planejamento inicial, com a configuração de sua paisagem urbana. Busca-se identificar como se revelam formas distintas de interação, sociabilidades e identidades através das apropriações desses espaços pelas pessoas e grupos ao longo de sua história.

Diante deste objetivo geral, destacam-se os seguintes objetivos específicos:

- Compreender o papel da configuração do espaço urbano das cidades na formação social de sua população, buscando assinalar diferenças entre esses espaços situados em pequenas e grandes cidades;

- Analisar a alteração de significados e usos dos espaços urbanos (espaços públicos ou não) de Dores do Indaiá ao longo de sua existência e conformação de seu entorno e de sua paisagem e estrutura urbana a partir dessas alterações, fazendo uma relação direta com a história da cidade;
- No contexto atual, descrever os espaços estudados, procurando identificar pessoas e grupos presentes nestes espaços e sua posição na estrutura urbana e sócio-econômica da cidade para compreender como a população vê seus espaços urbanos, relacionando grupos urbanos e suas representações.

De acordo com os objetivos deste estudo, houveram dois momentos de pesquisa dominantes. Primeiramente, foi feita uma coleta e análise de dados relativos à cidade e seus espaços urbanos em fontes pertinentes, como, por exemplo, os censos, a literatura e a bibliografia de autores dorenses, além de documentos relativos à cidade (seu plano datado de 1898, fotos existentes desde início do século XX até os dias atuais, legislações, códigos de postura etc.).

O estudo de fotografias e da literatura existente foi fundamental para a reconstituição da memória da cidade e de seus espaços, abordagem que estará presente no terceiro capítulo da dissertação. Como destaca Cardoso e Mauad, “*materialização da experiência vivida, doce lembrança do passado, memórias de uma trajetória de vida, flagrantes sensacionais, ou ainda mensagens codificadas em signos. Tudo isso, ou nada disso a fotografia pode ser.*” (CARDOSO; MAUAD, 1997, p.405). É o que posso dizer também da literatura existente, que trata de contos e histórias da cidade e de sua comunidade, além de trespassar a história da cidade. O grande desafio, como ressalta também Cardoso e Mauad (1997), é descobrir o que não foi revelado pelo olhar fotográfico, ou seja, desvendar uma rede intrincada de significações, cujos elementos, homens e signos interagem dialeticamente na composição da realidade.

Já em um segundo momento, houve a pesquisa de campo, onde pretendeu-se observar metodicamente os espaços, definir características do entorno, fazer entrevistas com a população usuária do local e que reside em seu entorno e buscar relatos de antigos moradores sobre a relação de seus cotidianos com estes espaços ao longo dos anos, o que será o tema do último capítulo da dissertação. Pretendeu-se, também, retomar abordagens teóricas nacionais e internacionais sobre espaço urbano e modos de vida urbana, além de analisar a evolução do plano e planejamento existentes na cidade.

Durante a pesquisa de campo, foram feitas vinte e cinco entrevistas. Dentre elas, vinte

¹ Ver Apêndice A – Roteiro de Entrevista

e três foram realizadas em espaços diferentes dos lugares de estudo (no local de trabalho ou de residência dos entrevistados), com perguntas simples¹, evitando-se induzir as respostas. Os entrevistados foram escolhidos após a observação realizada na pesquisa de campo e buscou-se abordar usuários dos espaços em questão, que residissem em diferentes regiões da cidade. Duas entrevistas, porém, foram efetuadas próximo ao local de estudo, sem um roteiro esquematizado de entrevista. Nestas, procurou-se aprofundar a investigação sobre os espaços estudados que não possuem mais a sua função de quando a cidade fora planejada. Foram escolhidos como entrevistados vizinhos dos locais em questão, que lá residem há mais tempo.

A pesquisa de perto e de dentro, como aborda Magnani (2002), é capaz de apreender os padrões de comportamento dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos. Porém é preciso situar o foco da pesquisa nem tão de perto, que se confunda com a perspectiva particularista de cada usuário, e nem tão de longe, a ponto de distinguir um recorte abrangente, indecifrável e desprovido de sentido.

Este tipo de estudo antropológico destacado por Oliven (1996) e Magnani (2002) é presente significativamente em estudos sobre grandes cidades, não sendo utilizados para pequenas cidades como é o caso em questão. Pretendo basear-me, então, para este estudo da minha dissertação, nos modelos de estudo de comunidade. Como nos destaca Frúgoli

Desde ao menos os meados do século XIX, época da emergência da sociedade moderna, urbana e industrial, o tema da comunidade constitui uma espécie de contraponto societário à modernização. Já na reflexão sociológica dessa fase, vários autores analisavam a comunidade sob uma tipologia social marcada em geral por grupos de pequena escala, que estabeleceriam relações solidárias, coesas, pessoais, espontâneas, cotidianas e permanentes, em que se configurariam certas identidades comuns – com a consciência ou sentimento do “nós”, em oposição aos “outros” – propícias à prática da “vida em comum” e do associativismo. (FRÚGOLI, 2003, p.2)

Assim, a tensão entre comunidade – como reconstrução simbólica de um suposto passado perdido – e sociedade moderna, como ressalta Frúgoli (1993), tem de certa forma se mantido recorrente até o presente, obviamente sob distintas sínteses e ressignificações, tanto no campo das representações sociais, como nas formas com que certos grupos sociais procuram se localizar e se organizar dentro da cidade. A noção de comunidade, então, persiste como uma espécie de referência simbólica, sendo preciso, contudo, também enfocá-la como uma estratégia discursiva articulada a determinadas práticas, vinculadas, por sua vez, a objetivos políticos, por um lado difusos, em outros casos bastante definidos.

Elias e Scotson (1994) ainda destacam, em seu estudo de comunidade sobre uma pequena cidade na Inglaterra, que estudos empíricos de casos possuem uma importância para

sociólogos, comparável a experimentos para físicos. Segundo eles, a capacidade de visualizar os casos singulares limitados torna possível seguir determinados detalhes de certa figuração, que em figurações maiores seriam dificilmente percebidos e reconhecidos.

A estrutura da dissertação conta com 06 (seis) capítulos, sendo o primeiro esta introdução e o sexto as conclusões. Em seguida, apresento as referências bibliográficas e os anexos.

No segundo capítulo, trabalha-se com alguns conceitos que destacam as diferenças entre cidades grandes e pequenas cidades e evidenciam as características próprias de pequenas cidades. Neste capítulo, é introduzido o conceito de comunidade e destacado sua relevância para o estudo de pequenas cidades..

No terceiro capítulo, há uma abordagem sobre espaço urbano, a relação entre configuração de sua paisagem e a sua apropriação, considerando os fatores de espaço e tempo

O quarto capítulo faz uma abordagem histórica da cidade de Dores do Indaiá, considerando a literatura, os documentos levantados e, sobretudo, as fotos e imagens dos espaços públicos da cidade, buscando descrever a história da cidade e, conseqüentemente, de seus espaços, criando um eixo histórico em torno da utilização dos mesmos, observando as regularidades presentes desde o processo de ocupação da cidade, a partir do plano inicial, até os dias atuais .

No quinto capítulo, será observada a cidade em seu contexto atual, analisando a articulação de seus espaços existentes, procurando identificar e descrever os espaços estudados, identificar pessoas e grupos presentes nestes espaços e sua posição na estrutura urbana e sócio-econômica da cidade, relacionando grupos urbanos e suas representações da cidade através de seus espaços.

Por fim, nas considerações finais, serão pontuadas algumas reflexões sobre o espaço urbano, sua apropriação e sua relação com a paisagem urbana, assim como algumas conclusões apontadas por esta pesquisa.

2 COMUNIDADE X SOCIEDADE: UMA DISCUSSÃO SOBRE A CIDADE DE PEQUENO PORTE

2.1 Weber, Simmel e Elias: teorias sobre a cidade

Neste capítulo, serão discutidos alguns conceitos que podem evidenciar ou pelo menos ajudar a compreender, mesmo que por oposição, as características das cidades de pequeno porte. Ferreira Nunes (2000) já nos destaca Georg Simmel e Max Weber como autores clássicos no tratamento da problemática urbana e, em especial, no que se refere ao significado que ela contém tanto na construção de campos autônomos, como no aparecimento de um novo tipo de indivíduo citadino, sendo visível a influência dos dois autores na produção dos expoentes da Escola de Chicago.

Weber (1987) vê a cidade como um estabelecimento compacto, onde as casas estão, em geral, muito próximas umas das outras, formando uma grande localidade. Porém, ele destaca que somente o seu dimensionamento não é suficiente para designar as cidades. A morfologia dos espaços das cidades aparece em Weber (1987), menos como uma estrutura de equipamentos e funções, e mais como o lugar da emergência da diversidade, da multiplicidade de situações, relações e redes, gerando uma ação social específica. Simmel (1987) já centraliza seus estudos na metrópole e em seus cidadãos, o tipo metropolitano. A grande área e a alta concentração de casas e de pessoas é o que primeiramente caracteriza a cidade moderna tanto para Simmel (1987) quanto para Weber (1987). Porém, eles destacam que é preciso considerar outros fatores e conceitos para designá-las. O espaço físico por si só, como discutido no capítulo 3, não é suficiente para definir a cidade, mas sim o espaço como um local de novas interações sociais movidas pelo mercado racional, pela alta divisão do trabalho e suas conseqüências.

Weber (1987) também enfatiza os diversos tipos de relação e novos tipos de sociabilidade que surgem com as cidades, ao analisar diversas estruturas de cidade, destacando mecanismos de gestão e política do território, através de uma perspectiva histórica e evolutiva. Ele destaca tipos como o cidadão livre, o estrangeiro e o empresário, explicitando que estes já haviam sido incorporados desde a Antiguidade, mas que somente na cidade ocidental o estrangeiro poderia ser realmente integrado à comunidade, sendo um “cidadão a

título individual”.

Contudo, como afirma Andrade, “apesar de Weber ser o principal teórico da racionalização do mundo moderno no que toca às relações sociais especificamente urbanas ou metropolitanas, a contribuição de Georg Simmel é superior”(ANDRADE, 2004, p. 33), e é superior especialmente quanto à discussão de conceitos relativos à cidade e, em especial, à cidade moderna ou à metrópole.

Simmel avança em suas discussões ao reconhecer que essa cidade grande proporciona um novo tipo de solidão, como ressalta Waizbort (2000), já que em sua maioria as pessoas são estranhas umas às outras. A individualidade, assim como a rapidez e outras características da cidade grande, são os grandes geradores da atitude *blasé* e da *reserva*, conceitos definidos e explicitados por Simmel, e também decorrentes da alta divisão do trabalho, como defende este mesmo sociólogo.

Sobre a atitude *blasé*, Simmel destaca que

através da rapidez e contraditoriedade de suas mudanças, impressões menos ofensivas forçam reações tão violentas, estirando os nervos tão brutalmente em uma e outra direção, que suas últimas reservas são gastas; e, se a pessoa permanece no mesmo meio, eles não dispõem de tempo para recuperar a força. Surge, assim, a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. (SIMMEL, 1987, p.50)

O autor ainda afirma que talvez não exista um fenômeno psíquico que tenha sido tão incondicionalmente reservado à metrópole quanto a atitude *blasé*. O outro conceito destacado por ele é o de “reserva”:

na medida em que o indivíduo submetido a esta forma de existência tem de chegar a termos com ela inteiramente por si mesmo, sua autopreservação em face da cidade grande exige dele um comportamento de natureza social não menos negativo. Essa atitude mental dos metropolitanos um para com o outro, podemos chamar, a partir de um ponto de vista formal, de reserva. (SIMMEL, 1987, p. 55)

Segundo Simmel (1987), o tamanho em área da cidade, juntamente com o grande número de pessoas e a alta divisão do trabalho, é o que caracteriza a metrópole e faz dela o “local da liberdade.” E a preponderância do “espírito objetivo” sobre o “espírito subjetivo” é o que faz possível a racionalidade na metrópole e seu reflexo na liberdade dos cidadãos.

O social, tanto para Elias (1994) como para Simmel (1987), é um “conjunto de relações”. O “todo”, seja qual for a sociedade, o grupo, a unidade de sobrevivência é um “todo relacional”. E as relações, segundo ambos autores, estão sempre em processo, nunca em estado sólido ou petrificadas. Para Simmel (1987), a sociedade não é nada mais do que “o conjunto das interações”. Assim, a unidade e, portanto, o todo consiste na interação das

partes. O mundo de Simmel é o mundo das relações. E o que é a cidade se não uma rede de relações entre indivíduos e grupos sociais?

Já Elias (2001) trabalha tais questões a partir do conceito de figuração, para nos ajudar a escapar de armadilhas tradicionais, como das polarizações “indivíduo” e “sociedade”. O conceito foi criado expressamente para superar a confusa polarização das teorias sociológicas que, algumas, colocavam o “indivíduo” acima da sociedade e, outras, colocavam a “sociedade” acima do indivíduo. O que difere o conceito de figuração de outros com os quais se pode compará-lo é precisamente que ele constitui um olhar sobre os homens. Dentro do conceito em questão, o entrelaçamento das dependências dos homens entre si, suas interdependências, são o que ligam uns aos outros e constroem a sociedade e o indivíduo. Para Elias, o procedimento para se orientar no mundo constituído pelo conjunto dos homens é bastante simples. Em vez de pensar a partir do indivíduo isoladamente ou de determinantes sociais no exterior do indivíduo, é preciso partir da diversidade dos homens. O que ele chama de coerções sociais são coerções que muitos homens, conforme sua dependência recíproca, exercem uns sobre os outros. Assim, Waizbort define o conceito principal de Elias:

O entrelaçamento das dependências dos homens entre si, suas interdependências são o que os ligam uns aos outros, elas são o núcleo do que é aqui designado como figuração, como figuração dos homens dependentes uns dos outros e que se orientam uns em relação aos outros. Como os homens são – inicialmente por natureza, e então mediante o aprendizado social, mediante sua educação, mediante a socialização, mediante as necessidades despertadas socialmente – mais ou menos mutuamente dependentes entre si, então eles, se é que se pode falar assim, só existem enquanto pluralidades, apenas em figurações. O conceito de figuração (...) exprime de modo mais claro e inequívoco do que os outros instrumentos conceituais da sociologia que aquilo que nós denominamos “sociedade” não é nem uma abstração das peculiaridades dos indivíduos que existem como que sem sociedade, nem um “sistema” ou uma “totalidade” que está para além dos indivíduos, mas sim que, justamente, a sociedade é o próprio entrelaçamento das interdependências formadas pelos indivíduos. (WAIZBORT, 2000, p.101)

Tanto em Simmel (1987) quanto em Elias (1994), podemos perceber uma sociologia dos grupos sociais, preocupada com as relações de tensão, de poder e de conflito. Elias (1994) é quem mais discute o porquê, as razões desse conflito. Para ele, como os seres humanos são diferentes entre si, eles necessariamente se relacionam uns com os outros de modo conflituoso. O conflito é inerente às relações sociais e humanas.

Analisando estes estudos, podemos perceber que diversos conceitos estão presentes ou retratam a cidade grande no contexto atual. E, contrapondo esses estudos às cidades pequenas atuais, podemos verificar que elas não são configuradas totalmente como “opostos” da cidade moderna, da metrópole. A diferença culminante ainda está, além do tamanho, ou seja, na concentração quantitativa de casas e de pessoas, na caracterização da cidade grande como

uma cidade de “estranhos” versus a caracterização da cidade pequena como uma cidade de conhecidos. Isto nos faz recordar os conceitos de “reserva”, “atitude *blasé*” e “estrangeiro”, apesar de este contexto estar sendo modificado nas pequenas cidades, com o seu crescimento populacional e econômico, ativado pela saturação do mercado nas grandes cidades.

Vê-se, assim, uma exportação de alguns aspectos do modo de vida da grande cidade para a pequena cidade, como, por exemplo, os condomínios residenciais nas zonas rurais das cidades que permitem também aos seus moradores certa “reserva”, isolando-os um pouco dos moradores da zona urbana da cidade e isolando os espaços dos próprios condomínios de outros moradores da cidade.

A racionalidade e o intelecto podem ser percebidos também na pequena cidade. Porém o que nos parece é que há uma certa “intimidade” em algumas relações comerciais da mesma, ou seja, parece-nos que as relações comerciais e afetivas estão intimamente ligadas, conectadas. Podemos perceber isto quando, por exemplo, um indivíduo compra algo em algum estabelecimento e não em outro por relações pessoais (como a amizade, o parentesco etc.). Talvez seja uma questão de grau. A racionalidade se manifesta em um grau mais elevado na grande cidade e em um grau relativamente pequeno na pequena cidade. O modo de vida urbano ultrapassa as fronteiras da grande cidade. E é o que, através deste estudo, temos observado.

Simmel (1987) ainda destaca que a vida em uma pequena cidade, tanto na Antiguidade como na Idade Média, impõe ao indivíduo, dentro de um grupo, uma limitação de seus movimentos e de suas relações com o exterior. Contudo, ainda hoje, se transferirmos um cidadão para uma pequena cidade, ele sentiria a mesma sensação de “abafamento” análoga à citada. Simmel diz que a cidade antiga parece ter possuído, se considerarmos este aspecto, todas as características de uma cidade pequena.

2.2 O conceito de comunidade e sua relação com a cidade de pequeno porte

Dentro desta abordagem, e por se tratar do estudo de uma cidade de pequeno porte, torna-se necessário introduzir o conceito de comunidade, já que o conceito remete ao estudo de cidades antigas e atualmente é utilizado também em estudo de pequenas cidades, especialmente fora do Brasil. O conceito surge com Ferdinand Tönnies e depois é trabalhado por diversos autores, inclusive por Norbert Elias, ao lado de Scotson (1994). Segundo Tönnies (1995), aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto pode ser

entendido como a vida em comunidade. A sociedade é a vida pública, o mundo.

Na comunidade, há uma ligação desde o nascimento, uma ligação entre os integrantes tanto no bem-estar quanto no infortúnio. Na sociedade, entra-se como quem chega a uma terra estranha. (TÖNNIES, 1995, p.232)

A idéia de parentesco tem grande importância no conceito de comunidade, como podemos perceber tanto no texto acima como também se pensarmos que todas as relações têm sua origem na família, no nascimento de uma pessoa. E, a essas relações agregam-se outras, mais afastadas. Tönnies (1995) classifica as comunidades em de Sangue, Lugar, Espírito, Vizinhaça e Amizade e estabelece relações entre com os conceitos de espaço e tempo. Nas palavras do autor:

A unidade de sangue (...) tende a se desenvolver como comunidade de lugar, que tem sua expressão direta na habitação comum, que, por sua vez, desdobra-se na comunidade de espírito pela atividade e condução comuns em uma mesma direção e sentido. Se a comunidade de lugar pode ser considerada como o conjunto coerente da vida biológica, a comunidade de pensamento expressa o conjunto coerente da vida mental. Em consequência, e em sua ligação com as outras, essa última espécie é a mais elevada forma de comunidade, por ser a mais especificamente humana. (TÖNNIES, 1995, p.239)

Discutiremos, então, a diferença entre estes tipos de comunidade. A comunidade de sangue encontra-se ligada a relações e participações comuns, ou seja, à possessão comum dos próprios seres humanos. Na comunidade de lugar, as relações estão conectadas ao solo e à terra. Já na comunidade de espírito, as ligações comuns são os espaços sagrados e as divindades honradas. Estes três tipos de comunidade, afirma Tönnies (1995), estão interligadas entre si no espaço e no tempo e, decorrência deste fato, em cada um de seus fenômenos particulares e seu desenvolvimento, como na cultura humana geral e sua história.

O parentesco tem a casa como berço e corpo. A vida é comum sob o mesmo teto protetor. Segundo Tönnies (1995), o homem comum, em geral, é mais feliz e sereno quando cercado de sua família, e quanto mais forte e viva a relação no interior da casa, mais essa relação pode subsistir por si própria, no sentimento de proximidade e na atividade comunitária. A vizinhaça é o caráter geral da vida comum, seja em uma aldeia ou em habitações próximas. A própria contigüidade, ou seja, a proximidade, determina diversos contatos. As necessidades do trabalho, da ordem e da administração comuns criam o hábito da vida conjunta e o conhecimento mútuo e confiante. A amizade se distingue do parentesco e da vizinhaça a partir das condições de trabalho ou no modo de pensar. Ela deve ser alimentada por encontros fáceis e freqüentes, que ocorrem com mais probabilidade em um ambiente urbano. Desse modo, conclui Tönnies que

se a vida urbana comum pode ser representada no conceito de vizinhança e também o parentesco pode entender-se como a vida sob o mesmo teto (mesmo com não-parentes e servidores domésticos), a amizade espiritual forma, ao contrário, uma espécie de laço invisível, um imperativo moral, uma reunião mística animada de algum modo por uma instituição e uma vontade criadora. (TÖNNIES, 1995, p.240)

Tönnies (1995) ainda destaca que, quanto menos os homens estiverem associados entre si por referência a uma mesma comunidade, mais eles se comportarão, uns diante dos outros, como sujeitos livres, dependentes de sua vontade e capacidade próprias. Isto podemos perceber em nossa análise de comparação entre grandes e pequenas cidades e também para ressaltar o conceito de “visibilidade inevitável”. Na pequena cidade, em que a proximidade entre as pessoas é maior, “*os sujeitos são reconhecidos uns pelos outros em virtudes de suas marcas pessoais, e o mapeamento da rede que produz essas marcas é amplamente dominado pela coletividade*” (CANIELLO, 2003, p.33). Desse modo, o comportamento é regulado e “vigiado” pelas próprias pessoas. Os homens se tornam dependentes de sua imagem dentro da comunidade. Já na cidade de estranhos, ou seja, a cidade grande, a metrópole, o sujeito pode se tornar invisível, ou seja, ter seu comportamento livre de observação que caracterize sua imagem dentro de seu grupo. É isto que permite atitudes como a atitude *blasé*, já discutida neste capítulo.

Para Tönnies (1995), os sentimentos recíprocos e associados, enquanto vontade própria de uma comunidade, denominar-se-ão consenso (*consensus*). O consenso é, para ele, a expressão mais simples do ser íntimo e da verdade de toda convivência autêntica, da habitação e da ação comuns.

É importante destacar, contudo, que Tönnies defende uma concepção muito harmoniosa do conceito de comunidade e, por isso, foi muito criticado por diversos autores. Podemos perceber esta harmonia em seu enunciado das leis principais da comunidade:

1. *Parentes e cônjuges amam-se ou adaptam-se facilmente, falam e pensam muitas vezes, e de bom grado, em conjunto. O mesmo pode ocorrer entre vizinhos e amigos.*
2. *Entre aqueles que se amam existe o consenso.*
3. *Aqueles que se amam e se entendem permanecem e vivem juntos e organizam sua vida comum. (TÖNNIES, 1995, p.244)*

Contudo, Elias e Scotson (1994), em seu estudo sobre a pequena comunidade de Winston Parva, mostra-nos como é possível utilizar o conceito de comunidade nos dias atuais e em situações não tão harmoniosas como sempre utilizado por Tönnies (1995); e também relaciona este conceito com a evolução urbana da cidade.

Primeiramente, é importante ressaltar que Elias e Scotson (1994) destacam em seu estudo a relação entre família e comunidade, ou seja, a relação do parentesco com a

comunidade. Para ele, havia algum tipo de relação entre a estrutura familiar e a estrutura da comunidade estudada. Lá a função do parentesco somente pode ser compreendida quando se observa que a moradia de longa data é a praxe no local.

Elias e Scotson (1994) nos chamam a atenção para o fato de que, ao estudar uma comunidade, estamos diante de uma grande diversidade de problemas e a questão principal é descobrir se todos são igualmente importantes e centrais para a compreensão do que confere ao grupo um caráter específico: o caráter de comunidade. Segundo ele, seria possível decompor os problemas de uma comunidade em várias categorias e examiná-los um a um, distinguindo-se aspectos históricos, econômicos, religiosos, administrativos etc. de uma comunidade, estudá-los individualmente e indicar como eles se interligam. Mas também é viável a inversão dessa abordagem e assim indagar o que conecta os dados históricos, políticos e outros como aspectos de uma comunidade. As pessoas, como ele destaca, estabelecem relações quando negociam, trabalham ou se divertem juntas, e essas relações podem, ou não, ser altamente especializadas e organizadas. Porém, as pessoas também estabelecem relações quando moram em um mesmo lugar, *“quando constroem seus lares em um mesmo local. (...) As unidades sociais dotadas de um núcleo de famílias que constroem ali seus lares levantam problemas sociológicos específicos; problemas comunitários”* (ELIAS; SCOTSON, 1994, p.165). Algumas famílias ou grupos de famílias em uma mesma comunidade, assim que são ligadas pelos fios invisíveis da vizinhança, passam a se classificarem e às outras, destacando a superioridade de um grupo ou não. Destacamos aqui, então, a ordem de status de uma comunidade. A título de classificação essa conceituação é útil, apesar de não indicar com clareza o papel central desempenhado por essas distinções na vida da comunidade, não indicando, muitas vezes, as tensões inerentes a essas distinções.

No estudo de Elias e Scotson (1994), as tensões entre os velhos e novos moradores eram peculiares. Além de classificatórias, como destacado pela conceituação, as relações se definiam também no estilo das residências, seu modo de aglomeração e em sua evolução urbana. Essas famílias podiam simplesmente possuir um código comum por seus vínculos afetivos e específicos.

No estudo de uma pequena cidade, como o caso de Dores do Indaiá, podemos também perceber e utilizar estes conceitos. Em observação prévia da pequena cidade, é possível perceber que o entrelaçamento das relações é permeado, primeiramente, pelo parentesco, como aqui citado. Depois, pela questão da vizinhança e do tempo de moradia da família no local. É possível perceber na cidade em estudo que os grupos vão se conformando nas diversas regiões e são como comunidades inseridas em uma outra maior. Grupos são classificados por estas comunidades como piores e melhores e isto tem relação direta com

crescimento da cidade, valorizando pontos de algumas regiões e desvalorizando outros, ditando, assim uma exclusão espacial. Por isso, ao estudar uma cidade pequena, devemos também checar como são diferenciados seus espaços. Decorrente deste fato, para a escolha dos espaços a serem estudados no último capítulo desta dissertação, buscou-se por espaços que, pelo menos por observação inicial, distinguem-se uns dos outros pela região que ocupam e pela classificação dentro da comunidade dorense.

3 A CIDADE E O URBANO: O ESPAÇO E O TEMPO NA CONSTITUIÇÃO DA PAISAGEM URBANA

3.1 Os conceitos de cidade e de urbano

Começamos este capítulo pensando em nossas cidades. O que é a cidade? Esta parece-nos uma pergunta óbvia. Contudo, se pensarmos um pouco mais, qual seria a dimensão real desse termo muito empregado pela geografia urbana? E qual seria sua relação com o termo urbano, tão utilizado pela sociologia e pela arquitetura?

Mumford (1998) já nos pergunta o que é a cidade, como começou e são obscuras, enterrada ou irrecuperavelmente apagada uma grande parte de seu passado, e são difíceis de pesar suas perspectivas futuras. Assim, cada cidade, como nos ressalta Almeida (2001), no decorrer de sua história, constrói identidades e imagens distintas relacionadas aos seus papéis.

Dentro deste contexto, podemos perceber então que a cidade possui características físicas e sociais que se conformam em um determinado tempo, de acordo com a história, com a formação de cada cidade, ou até mesmo de cada espaço dentro de uma cidade. Lynch (1982) já nos destaca que a cidade é uma construção no espaço, uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo.

Há quem separe os conceitos de “cidade” e de “urbano”, como Santos (1997). Para ele, o urbano seria abstrato, o geral, o externo, e já a cidade, o concreto, o físico, o interno. Por isso, segundo ele, há histórias da cidade e do urbano. Entre as possíveis histórias do urbano, estaria a história das atividades que se realizam na cidade (como do emprego, das classes, da divisão do trabalho e do seu inverso, da cooperação); e uma história que não é bastante comentada: a história da socialização da cidade e da socialização pela cidade. Entre as histórias da cidade, estariam a história dos transportes, da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade etc. O conjunto das duas histórias nos daria a teoria da urbanização, a teoria da cidade, a história das ideologias urbanas, a história das teorias. A cidade é, ainda dentro do conceito destacado por Santos (1997), ao mesmo tempo, uma região e um lugar, porque ela é uma totalidade, uma composição, e suas partes dispõem de um movimento combinado, interposto, segundo uma lei própria, que é a lei do organismo urbano, com o qual se confunde. Na verdade, há leis que se sucedem, denotando o tempo que passa e mudando as denominações, as conotações desse verdadeiro espaço-tempo, que é a cidade. É

através do espaço e do tempo que unimos a cidade e o urbano. A história de uma determinada cidade se produz através do urbano que ela agrega ou deixa de agregar.

Assim, para que possamos ver e sentir o espaço, faz-se necessário situar-nos, como nos afirma DaMatta (1985). Cada sociedade organizada em uma cidade se orienta no espaço de uma determinada maneira, de acordo também com o tempo. Segundo DaMatta (1985), em contato com sistemas sociais diferentes, tomamos consciência de modalidades de ordenação espacial diversas que surgem aos nossos sentidos, apresentando sérios problemas de orientação. Em uma pequena cidade, o espaço pode se confundir com a própria ordem social de modo que, sem entender suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido. A orientação é feita geralmente dentro de um espaço “embebido” socialmente.

O autor ainda ressalta que, nas cidades brasileiras, a demarcação espacial e social se faz sempre no sentido de uma gradação ou hierarquia entre centro e periferia, dentro e fora. Para checar isto, basta conferir a expressão brasileira “centro da cidade”, e também a conotação negativa do espaço sub-urbano. E, esta hierarquização não é possível de se ver somente nas grandes cidades brasileiras. Também ao analisar a história da cidade estudada nessa dissertação, Dores do Indaiá, podemos perceber esta gradação centro-periferia, a importância para a população do “centro da cidade” e como isso se conforma ao longo do tempo, conforme será discutido no capítulo 4.

Assim, podemos observar que tanto o tempo quanto o espaço são invenções sociais e constroem, ao mesmo tempo que são construídos, a sociedade e os homens. Por tudo isso, não há sistema social onde não exista uma noção do tempo e do espaço. E, como também afirma DaMatta (1985), em muitas sociedades, os dois conceitos se confundem e operam dentro de uma gradação complexa.

Os habitantes da cidade se deslocam e se situam, então, no espaço urbano, como nos afirma Arantes (2000). Nesse espaço comum, traçado diariamente pelo cotidiano dessas pessoas, vão sendo construídas coletivamente fronteiras ou limites simbólicos que separam ao mesmo tempo que aproximam, que nivelam, que dão hierarquia ou orientam e ordenam as categorias e grupos sociais em suas relações mútuas. Através deste processo, ruas, praças, monumentos, entre outros elementos da cidade, transformam-se em suportes físicos de significados e lembranças compartilhadas, que passam a fazer parte da experiência ao serem tomadas como fronteiras de diferença cultural, marcos de “pertencimento” e delimitações reconhecidas de identidades.

3.2 A relação entre espaço e tempo

Dentro do contexto apresentado até este momento, podemos perceber que, para compreender e apreender a paisagem urbana dos espaços das cidades, precisamos reconhecer e nos situarmos em seu contexto histórico e espacial. Como nos afirma Carlos (2003), a história da paisagem urbana mostra as marcas do tempo. O mundo, segundo a autora, é produto do homem, da sociedade e, portanto, o espaço produzido em cada momento será fisicamente diferenciado.

As relações com o lugar são determinadas no cotidiano, como já dito anteriormente. O espaço é o lugar do encontro e também um produto desse encontro. O entendimento da cidade deve ser feito tendo como pano de fundo a sociedade urbana em processo de constituição, portanto, em movimento. Isso significa pensar a cidade a partir da espacialidade das relações sociais em sua natureza social e histórica.

Segundo Kohlsdorf (1996), a apreensão dos lugares dá-se, necessariamente, a partir de sua forma física, conforme diversas abordagens arquitetônicas e geográficas da cidade, e também nos estudos centrados nos mecanismos cognitivos, ou seja, no estudo de seus símbolos e significações. Segundo ele, possuímos a dimensão estética como uma característica do ser humano em nosso relacionamento com o mundo. A estética se refere a espaços construídos e belos. Ainda segundo o autor, em todos tempos e culturas formularam-se conceitos de beleza que definiam implícita ou explicitamente a forma dos lugares, mas que se mostraram pouco universais e dependentes de valores contextuais. Apreendemos o espaço, portanto, através de suas manifestações externas.

As características sensíveis dos lugares da cidade são manifestações do fenômeno urbano, ocasionadas por certas determinações geralmente não explícitas. Para identificá-las, é preciso definir o espaço urbano como um fenômeno social específico que se vincula, de certa maneira, às demais esferas da sociedade. Assim, a explicação dos lugares passa, necessariamente, pela definição da sociedade que os contém. As sensações são responsáveis por nosso primeiro contato com os lugares e constituem-se na ligação mais próxima da consciência com a realidade objetiva.

Para Lynch (1982), as imagens do meio ambiente são o resultado de um processo entre o observador e o meio. O meio ambiente sugere distinções e relações, e o observador seleciona, organiza e dota de sentido aquilo que vê. A imagem limita e dá ênfase ao que é visto, enquanto ela própria é colocada à prova contra a capacidade de percepção, em um

processo de constante interação. Desse modo, a imagem de uma dada realidade pode variar significativamente entre diferentes observadores, parecendo haver uma imagem pública comum de qualquer cidade que é a sobreposição de imagens de muitos indivíduos. Ou provavelmente haja uma série de imagens públicas, criadas por um número significativo de cidadãos. Cada indivíduo tem uma imagem própria e única que talvez possa nunca ser divulgada, mas que, contudo, aproxima-se da imagem pública e que, em meios ambientes diferentes, torna-se mais ou menos determinante ou aceita.

Ao buscar conceituar e diferenciar paisagem natural e paisagem urbana, Mumford (1998) nos destaca que o século XIX foi antes de tudo consciente da função higiênica e sanitária dos espaços livres. E isso era visível especialmente nos planos e reformas de cidades, que criavam parques e áreas livres para combater o crescente desordenamento da cidade, perceptível no Brasil em planos como o de Belo Horizonte e até mesmo no plano da cidade estudada nesta dissertação, Dores do Indaiá (ver capítulo 04).²

Contudo, é preciso analisar também os elementos físicos que formam a paisagem urbana. Para Macedo (1997), uma paisagem urbana qualquer se situa sobre um chão, seja ele um plano horizontal ou inclinado, cujo parcelamento acontece tradicionalmente dentro de alguns padrões particulares, do clássico reticulado ao sinuoso desenho de ruas entremeando-se por meio a quadras compostas de curvas delicadas. Sobre este desenho, cada quadra é redividida em unidades menores, cada uma destinada a abrigar pelo menos um edifício: o lote.

Como nos destaca Lynch (1982), os elementos da imagem urbana que podem referir-se a formas físicas, são passíveis de uma classificação conveniente em cinco tipos de elementos: vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes. No capítulo 4, poderemos ver alguns desses elementos no contexto da cidade de Dores do Indaiá. Ao falarmos da história da cidade, podemos observar a história de algumas vias e como os próprios moradores se ligam aos elementos marcantes da cidade, criando fronteiras que delimitam regiões, como bairros, onde se destacam características comuns ou não.³

Jacobs (2001) é um dos autores que descreve com maior intensidade alguns desses elementos físicos da cidade, a rua. Ela defende a diversidade de usos nas ruas e a apropriação da mesma pelos usuários. Para ela, a rua, como um espaço urbano, deve possuir algumas características essenciais: ter um limite claro entre espaço público e privado; ser vigiada por “olhos”, olhos das pessoas que podemos chamar de seus “proprietários naturais”; e, a calçada deve ser utilizada praticamente sem interrupção, sendo este o único modo de aumentar o número de olhos presentes na rua e de atrair os olhares de quem se encontra dentro das

² A esse respeito, ver na planta da cidade de Dores do Indaiá, o Parque da Cidade, espaço a ser estudado nos capítulos 4 e 5.

³ Ver descrição das unidades ambientais urbanas da cidade, no capítulo 4.

edificações. Segundo ela, as ruas vivas se regeneram diante da diversidade e intensidade dos fatos urbanos, já as ruas monótonas, inertes, são sua própria destruição.

Até este momento deste capítulo, tem-se dedicado ao espaço da cidade. Faz-se necessário discutir, a partir daqui, o efeito do tempo no espaço urbano. Alguns autores já trabalharam com esta temática ao estudar algumas capitais brasileiras, como será destacado a seguir.

Leite (2004), em seu estudo sobre Recife, nos propõe um novo conceito diante dessa temática, o conceito de lugar. Para ele, trata-se de uma demarcação física e simbólica de espaços, onde os usos qualificam os mesmos e lhes dão sentido de pertencimento a uma pessoa ou a um grupo, orientando a ação social e sendo por esta delimitado reflexivamente. O lugar é o espaço, após receber sua marca significativa com o tempo. E, por isso, o lugar tem relação estreita com a tradição e com a memória. O lugar representa um espaço de memória para a população.

Segundo Leite (2004), os lugares urbanos têm fronteiras, mas elas não são necessariamente fixas e ainda menos dadas. Elas são construídas socialmente e negociadas cotidianamente com outros lugares no processo complexo de interação social, através do qual a população afirma suas singularidades, emergem seus conflitos e consensos. A convergência de sentidos é uma condição para que se viva um espaço e o converta em um lugar. Contudo, quando há uma convergência entre as categorias espaço e ação, podemos compreender que se tem um espaço público, formado da interseção entre espaço urbano e esfera pública. Os lugares, portanto, são os espaços de convergências simbólicas que resultam de experiências lugares compartilhadas mediante alguma possibilidade de entendimento sobre o que significa um certo espaço e sobre o que representam certos conteúdos culturais compartilhados.

Frúgoli (2000) transcreve trechos indicando como o Centro de São Paulo, já em 1920, evidencia uma paisagem urbana com uma série de instituições, espaços públicos e outros marcos simbólicos de considerável importância que até hoje se sobressaem no contexto urbano e contextualizam o dinamismo dessa área. Porém, ele também analisa a segregação sócio-espacial centro-periferia e o atual processo dos “enclaves fortificados”⁴ e dos shopping centers e destaca que ainda há diversos espaços públicos que comportam uma razoável interação interclasses, mas que o conjunto ainda resulta no espaço urbano uma propensão a um quadro de uma cidade fragmentada.

É importante compreender que a leitura dos símbolos na paisagem urbana, advindos

⁴ A esse respeito, ver Caldeira (1997).

através do tempo, nem sempre é fácil, como já ressalta Banck (1998), em seu estudo sobre Vitória.

Assim, considerando esta abordagem, devemos abranger também o estudo sobre memória e identidade, já que estes conceitos se relacionam diretamente na relação do espaço com o tempo. A memória, tal qual a identidade, é construída e é uma base para a projeção do futuro. A memória é também construção de experiência, carregada de significados, que nos ligam a lugares, objetos, pessoas. Assim, a memória está interligada diretamente à experiência de vida.

Castells (1999) afirma entender por identidade a fonte de significado e de experiência de um povo. No que diz respeito a atores sociais, ele entende por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural (ou ainda, em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados), o qual prevalece sobre outras fontes de significado. Ao usar o conceito de significado, Castells (1999) o define como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator. Segundo ele, para um determinado indivíduo, ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas.

No entanto, esta pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. Ele propõe também a idéia de que, para a maioria dos atores sociais, o significado organiza-se em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) auto-sustentável ao longo do tempo e do espaço. Assim, não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso.

Castells (1999), ao nos dizer que a construção da identidade sempre tem por trás uma relação de poder, propõe uma distinção entre três formas e origens de construção de identidade que se entrecruzam, podendo haver transições. São elas:

- *Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. Tema este que está no cerne da teoria de autoridade e dominação de Sennet e se aplica a diversas teorias do nacionalismo;*
- *Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições / condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos, conforme propõe Calhoun ao explicar o surgimento da política de identidade;*
- *Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constróem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda estrutura social. Esse é o caso, por exemplo, do feminismo que abandona as trincheiras de*

resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram. (CASTELLS, 1999, p.24)

Hall (1999) também trabalha com o conceito de identidade e constata que a identidade é marcada por meio de símbolos. A representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior. Segundo ele, é através dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência, àquilo que somos. A construção da identidade, então, é tanto simbólica quanto social. Segundo Hall,

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-os como sujeito. É por meio dos significados que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. (HALL, 1999, p.17)

Ao estudar o conceito de identidade e, conseqüentemente, os conceitos de significados e representações, é importante definir o conceito de memória. Bosi (2000) defende a construção da memória a partir das lembranças. E as lembranças não são também nossas representações repletas de significados do nosso passado? Segundo ela, a memória individual tem diálogo direto com o coletivo. A recordação é um processo de trabalho individual que possui um diálogo com a memória coletiva. O diálogo permite a multiplicidade da memória e a complementação de uma representação à outra para conservação e elaboração do passado. Para Bosi, a função social da memorização é a experiência. As memórias são transmitidas de geração em geração através da linguagem de transmissão oral. A memória, portanto, assim como a identidade, é um produto social, como também nos afirma Catroga (2001).

Contudo, tanto Nora (1995) quanto Pinto (1998) nos chamam a atenção para a tensão entre os conceitos de memória e história. História e memória, apesar das aparentes semelhanças, como é insistentemente repetido, diferem, apesar do substrato de ambas talvez ser igual: o passado. É, em primeiro lugar, a ele, passado como temporalidade, que remete a construção de memória ou a operação histórica.

Nora (1995) afirma que, enquanto a história é a legitimação do passado vivido, a memória é a vida. Já Pinto (1998) constata que, mais do que pura representação, a memória afirma-se diferentemente da história pela capacidade de assegurar permanências, manifestações sobreviventes de um passado muitas vezes sepultado, sempre isolado do presente pelas muitas transformações, pelos cortes que fragmentam o tempo. Os referenciais passados são espécies de suportes e de construtores da memória e, conseqüentemente, de identidades.

Ressalta-se três níveis de memória: a proto-memória, fruto, em boa parte do habitus e da socialização e fonte dos automatismos do agir; a memória propriamente dita, que destaca a recordação e o esquecimento; e a metamemória, conceito que define as representações que o indivíduo faz do que viveu. A terceira definição é a que acentua as características inerentes à chamada memória coletiva e histórica e às modalidades da sua reprodução (CATROGA, 2001).

Quanto à questão da relação entre estes conceitos estudados e a questão espacial, Halbwachs (1990) afirma que nosso entorno material leva, ao mesmo tempo, nossa marca e a dos outros. Assim se explica como as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva: o lugar recebeu a marca do grupo. Para Halbwachs (1990), não há memória coletiva que não se desenvolva em um quadro espacial. O autor também destaca as trocas existentes na relação de vizinhança:

Para bem compreender esse gênero de influência que exercem os diversos lugares de uma cidade sobre os grupos que a ela se adaptarem lentamente, seria necessário, numa grande cidade moderna, observar sobretudo os quarteirões antigos, ou as regiões relativamente isoladas de onde seus habitantes não se afastam, a não ser para ir ao trabalho, e que formam como pequenos mundos fechados, ou ainda, mesmo nas partes novas da cidade, as ruas e as avenidas povoadas sobretudo de operários e onde estes se encontram em casa, porque entre a casa e a rua há trocas permanentes e porque as relações de vizinhança ali se multiplicam. (...) Se entre as casas, as ruas, e os grupos de seus habitantes não houvesse apenas uma relação inteiramente acidental e efêmera, os homens poderiam destruir suas casas, seu quarteirão, sua cidade, reconstruir sobre o mesmo lugar uma outra, segundo um plano diferente; mas se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações estabelecidas entre as pedras e os homens. (HALBWACHS, 1990, p.135 e 136)

Halbwachs (1990) ainda destaca que *se os habitantes de uma cidade ou de um quarteirão formam uma pequena sociedade, é porque estão reunidos em uma mesma região do espaço*. O autor afirma isto como uma condição clara e existencial. Mas, ao destacar agrupamentos aparentemente sem bases espaciais (jurídicos, econômicos e religiosos), ele ressalta que todos esses grupos se sobrepõem às sociedades locais e,

Longe de se confundirem com elas, eles as decompõem, seguindo regras sem relação com a configuração do espaço. É por isso que não é suficiente considerar que os homens estejam reunidos num mesmo lugar, e guardar na memória a imagem desse lugar para descobrir e se lembrar a que sociedade eles se ligam (HALBWACHS, 1990, p.139)

Mas Halbwachs ainda observa que ao se estudar esses grupos, percebe-se que é difícil descrevê-los afastando toda imagem espacial. Os conceitos que os formam estariam, muitas vezes, vazios de significado se não considerássemos a questão espacial.

Para concluir, é interessante observar o caráter múltiplo e transitório tanto da memória

quanto das identidades. Santos (1994) já afirma que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis, mas sim são resultados transitórios e fugazes de processos de identificação. E, para ele, o primeiro nome moderno da identidade é a subjetividade. Hall (1999) também destaca que, apesar de os termos “identidade” e “subjetividade” serem utilizados de forma intercambiável, existe, na verdade, uma considerável sobreposição entre eles.

Ainda segundo Santos (1994), assim como também afirma Castells (1999), a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder e, conseqüentemente, como afirma Hall (1999), a identidade é marcada pela diferença, sendo esta *relacional*, ou seja, uma identidade necessita de algo fora dela, de outra identidade que ela não é, mas que forneça condições para sua existência. Assim, um grupo no espaço urbano necessita do outro para reforçar a sua identidade e garantir e complementar a sua memória.

Após apresentarmos o que é cidade e como ela interage com o tempo, podemos nos perguntar se os mesmos processos ocorrem em uma cidade grande e em uma pequena cidade. Podemos observar que a maioria dos estudos aqui apresentados (senão todos) apresentam conceitos trabalhados em grandes cidades, metrópoles ou capitais. Torna-se, então, um desafio pensar a pequena cidade, e voltarmos às perguntas de Mumford (1998) sobre seus processos, funções que desempenham e como são articulados seus espaços urbanos, variáveis com o tempo. E, ainda pensar como seus espaços urbanos tornam-se lugares, marcos referenciais na memória de sua população. A partir do próximo capítulo, então, faz-se uma tentativa de aproximar o estudo dos espaços urbanos ao das pequenas cidades, para aprofundar em suas relações sociais e culturais e observar como estas se expressam em suas paisagens urbanas.

4 DO PLANO INICIAL AOS ESPAÇOS ESTUDADOS: A HISTÓRIA DO ESPAÇO URBANO DE DORES DO INDAIÁ

Este capítulo trata a questão do espaço urbano de Dores do Indaiá, suas transformações ao longo dos processos iniciados a partir do plano da cidade.

Trata-se aqui de uma abordagem histórica da cidade de Dores do Indaiá, considerando a literatura, os documentos levantados e, sobretudo, as fotos e imagens dos espaços públicos da cidade. Busca-se apresentar a história da cidade e, conseqüentemente, de seus espaços, criando um eixo de ligação entre seus espaços urbanos e a utilização dos mesmos e observando, assim, as regularidades presentes desde o processo de ocupação da cidade, a partir do plano, até os dias atuais.

Pretende-se encaminhar também a escolha e definição dos espaços a serem estudados no próximo capítulo, de acordo com sua relevância dentro da história da cidade, sendo essencial a compreensão do lugar e suas especificidades advindas com o tempo, antes mesmo da pesquisa de campo, já que se pretende estabelecer uma representatividade destes locais frente à memória e à identidade com a população. A abordagem da cidade se inicia desde a formação do arraial, passando pelo plano da cidade e destacando sua evolução urbana até alcançar os dias atuais. É importante perceber neste capítulo, implícita ou explicitamente, a importância dos conceitos trabalhados nos capítulos anteriores para a compreensão da evolução urbana aqui desenvolvida.

4.1 O surgimento do núcleo urbano

A história de Dores do Indaiá se inicia antes mesmo de seu plano inicial e, apesar de relatos de ocupações anteriores por indígenas, quilombolas e sesmeiros, o arraial da Boa Vista, núcleo inicial da cidade surgiu, segundo Barbosa (1985), no alvorecer do século XIX. Segundo este autor, uma publicação de 1906 em “O Indaiá”, baseada na tradição oral, afirmava que a capela primitiva teria tido sua construção iniciada em 1798. Porém este mesmo autor ressalta que essa data pode estar errada, já que a mesma publicação continha vários enganos, inclusive o de que o povoado era anterior à capela. Segundo o autor, a data provável de povoamento do arraial e de início de construção da capela é de 1801.

Em Minas Gerais, assim como em todo o Brasil, segundo destaca Barbosa (1985),

90% das cidades surgiram em torno de uma capela. Mata destaca que

se a necessidade da participação freqüente no culto (como era nas ermidas ou em outros lugares nas fazendas) leva à ereção de uma capela e à constituição do respectivo patrimônio em terras (ou seja, à formação do embrião urbano), é forçoso reconhecer que a análise da origem de muitos arraiais mineiros demonstra a que ponto o rito produz – e reproduz – o social. A capela e o arraial são expressões materiais e espaciais da força sociogenética do fenômeno religioso. (MATA, 2002, p. 197)

E, em Dolores do Indaiá não se fez diferente. Os fazendeiros já estabelecidos aqui levantaram a idéia da construção de uma capela (apesar da existência de ermidas), sendo esta idéia aceita com a dificuldade de escolha do local, já que cada um a queria em suas próprias terras. Afinal, decidiu-se que a localização ideal seria nas terras de Manuel Correia de Souza, o Correinha, em um platô, divisor de águas entre o córrego de Nossa Senhora e o Córrego das Condutas.

Casas foram surgindo no entorno da capela e, com relativa rapidez, estava formado o arraial da Boa Vista. E, enquanto se construía a capela, levantou-se uma casa onde eram guardadas as imagens, até a conclusão da capela, na região onde se encontra a Praça do Santuário, sendo esta demolida em 1888. Concluída a capela, tratou-se de construir o corpo da Igreja, no que ficou conhecido como largo de São Sebastião (atual Praça 100 ou Praça Lacerda). Em 1832, já se relata nova reconstrução da matriz da paróquia de Nossa Senhora das Dolores, já tendo por orago São Sebastião (BARBOSA, 1985).



Figura 3: Vista do largo de São Sebastião com sua capela ao fundo. “Pessoas saindo da missa, elegantemente vestidas.”Segunda metade do século XIX.

Fonte: Foto Leonam

Quando se instalou a vila e sede municipal, em meados de 1850, houve grande

repercussão no arraial, incluindo uma crescente imigração, com repartições criadas e com a chegada de novos funcionários e suas famílias. Segundo Barbosa (1985), Pitangui forneceu o maior número de imigrantes, porém também vieram pessoas de Ouro Preto, Sabará, Itapecerica etc. O autor descreve que as festas duraram três dias e caracteriza a cidade como uma “vila pacata, de povo ordeiro e costumes morigerados,” destacando que o município era enorme; suas divisas situavam-se entre as terras de João Pinheiro, Carmo do Paranaíba e Pitangui. Barbosa descreve o que seria a cidade até 1885:

Praticamente, a cidade se resumia no Largo de São Sebastião, onde residiam as principais figuras e onde funcionavam as principais casas comerciais: do Juca de Souza, Ricardo Pinto Fiúza, Salvador da Costa, Antônio Caetano da Silva Guimarães e João de Faria. Algumas casas já se estendiam pela Rua Rui Barbosa; o cemitério localizava-se na periferia da cidade, além do atual Santuário. Na extremidade da cidade, exatamente onde se ergue o Santuário, a Capela de Nossa Senhora do Rosário em completa ruína; o novo vigário propôs sua demolição, para construção posterior de outra mais segura. Algumas casas poucas viam-se na saída do Largo de São Sebastião, onde foi depois aberta a rua Cel. Alexandre. Pouco além já existia a Praça Coração de Maria, com seus belos coqueiros, plantados doze anos antes, por iniciativa do Frei Paulino. Na Rua de Baixo (depois rua Quinze de Novembro, atual Avenida Francisco Campos, a Avenida), havia algumas casas somente do lado esquerdo de quem desce rumo à Escola Normal. Ao todo, havia na cidade umas 290 casas e cerca de 2.000 habitantes. A vida social era bem ativa. Havia bailes com relativa frequência, bailes de três tipos diferentes. Havia os bailes em casas do Largo de São Sebastião, na casa do Capitão Jacinto Álvares, ou na casa de D. Luíza Melgaço, bailes não digo requintados, mas em que se notava muito respeito e muita ordem. Havia os bailes de segunda categoria, nas casas da Rua de Baixo, onde morava gente mais humilde. E, em terceiro lugar, os chamados bailes sifilíticos, nas casas de mulheres de vida livre, que moravam antes na Rua de Baixo e, nessa época, já residiam para os lados da Capela do Rosário. (BARBOSA, 1985, p.71)

Em documento datado de 30 de abril de 1855⁵, sobre instalação da Vila, chamada Vila de Nossa Senhora das Dores, é possível perceber que o município contava com 05 distritos: o da Vilas das Dores, onde hoje é o centro da cidade; o da Marmelada; o do Quartel Geral, o da Morada Nova; o dos Tiros; e o de São Sebastião. Conta-se que havia no largo de São Sebastião uma meia centena de casas nesta época. Contudo, segundo mapa estatístico, o arraial de Dores, em 1847, tinha a seguinte população:

⁵ Arquivo Público Mineiro, APM, SP, PP 1/33, Caixas de Dores do Indaiá – Caixa 80

TABELA 1
População de Dores do Indaiá (MG) em 1847

Grupos	Número de Pessoas
Branços	321
Índio	1
Pardos, crioulos e pretos livres	210
Pardos, crioulos e pretos cativos	208
Total	740

Fonte: Câmara de Pitangui, in BARBOSA, 1985

Através do primeiro código de posturas, e da tabela 1, podemos observar que ainda operava na cidade um regime escravocrata. No código de posturas de 1855, previu-se casos especiais de pagamentos de multas e para pessoas que não possuíam dinheiro, um dia ou mais na cadeia municipal; e para escravos, açoites, entre outras penas. É curioso ressaltar que o código define alguns espaços urbanos, como, por exemplo, o artigo 3º do Título 1º:

Praças são largos no interior das povoações, havendo dúvida se alguns largos devem ou não ser assim considerados, será discutido pela câmara em editais que ficarão fazendo parte desta postura.

É importante destacar ainda que a sede, ou seja, a Vila das Dores, perdeu seu título, voltando a ser arraial por um breve período, tornando-se um distrito de Dores da Marmelada, tendo a sede então se concentrado em Vila da Marmelada. Isto deveu-se a influências políticas e religiosas, segundo afirma Barbosa (1985). Contudo, em 04 de dezembro de 1880 foi criado o município de Dores do Indaiá, composto pela paróquia de Nossa Senhora da Hora da Saúde do Indaiá.

4.2 O plano da cidade

*“Como grande sonhador,
Zacarias cá chegou,
Rasgou ruas e avenidas
No torrão que tanto amou.*

*Ilustre Doutor Palmério,
Que aqui também residiu,
Fez a planta da cidade
E outros planos dirigiu.”
(GUIMARÃES JÚNIOR, 1970)*

O plano da cidade, ou seja, a Planta da Cidade de Dores do Indaiá (ver figura 2), do engenheiro Francisco Palmério, data de 1898, período que se refere à administração municipal de Dr. Antônio Zacarias Álvares da Silva. A planta contém conceitos higienistas de planos de cidades desta época, como Belo Horizonte, que nos remete à Paris de Hausman e à Washington de L'Enphant.

Dentro do contexto explicitado, faz-se necessário contextualizar aqui a Paris de Haussman e sua relação, pelo menos brevemente, com o plano desta pequena cidade de Minas Gerais. Prefeito nomeado do departamento de Seine, em 1853, Haussman viu as más condições em que se encontrava a cidade, fruto do crescimento desordenado dada a revolução industrial. Água poluída, falta de sistema de esgoto adequado, insuficiência de espaços abertos para cemitérios e parques, vastas áreas de habitações miseráveis e seu tráfego congestionado eram alguns dos problemas encontrados por Haussman na cidade. A radical solução de Haussman foi o *percemet*, ou seja, proporcionar unidade e transformar em um todo operacional o que ele chamava de mercado consumidor e a imensa fábrica, que era o aglomerado parisiense. Ele converteu Paris, então, em uma metrópole regional, abrindo na malha existente ruas cuja finalidade era ligar pontos e bairros opostos, cruzando a tradicional barreira do Sena. Deu prioridade à criação de eixos norte-sul e leste-oeste, sendo que o cruzamento básico que servia aos grandes terminais rodoviários era envolvido por um bulevar em anel. Somente durante a gestão de Haussman, a prefeitura de Paris construiu cerca de 137 quilômetros de novos bulevares, consideravelmente mais largos, mais densamente arborizados e mais bem iluminados que os 536 quilômetros de vias antigas que foram substituídas. Com isso, vieram plantas residenciais, fachadas regularizadas, sistemas de padrão de mobiliário urbano, todos desenhados pelos engenheiros de Haussman. Todo o sistema era ventilado sempre que possível por amplas áreas públicas abertas. Novos cemitérios e vários pequenos parques foram criados e/ou melhorados dentro dos limites da cidade, criando-se também um sistema de esgoto e água adequados.

Faz-se necessário, então, discutir também as figuras citadas de grande importância para o plano da cidade, Dr. Zacarias e Francisco Palmério, e verificar suas marcas deixadas na cidade. Dr. Antônio Zacarias Álvares da Silva, conhecido como Dr. Nico pela população, nasceu em 6 de setembro de 1847, em Pompéu, que era, na época, distrito de Pitangui. Era filho do conhecido Barão do Indaiá, grande fazendeiro, que foi chefe do Partido Liberal em Abaeté. Após estudar em Mariana e concluir seus estudos de Medicina no Rio de Janeiro, foi clinicar em Formiga, onde pouco ficou, transferindo-se a Pitangui. Após casar-se com uma rica viúva, seguiu para a Europa, onde procurou especializar-se em obstetrícia. Regressando ao Brasil, fixou residência na Vila do Marmelada, atual cidade de Abaeté. Lá criou sua

primeira obra de assistência social, a Sociedade Amante da Instrução e da Pobreza, cujo objetivo principal era possibilitar o acesso à educação a meninos carentes. Em 1880, Zacarias foi deputado provincial e participou de duas legislaturas, a 23ª, de 1880/1881, e a 24ª, de 1882/1883. Fundou em 1883 uma fábrica de ferro, em Areado, hoje Município de Patos de Minas. Foi o 2º presidente da câmara de Abaeté, de 1881 a 1884, sendo que após ser reeleito, renunciou ao cargo para se transferir desta cidade. Mudou-se para Patos de Minas, onde foi vereador e Presidente da câmara. Em 1888, foi para Carmo do Paranaíba, onde fundou uma casa de caridade. Finalmente, em 1889, fixou-se em Dolores do Indaiá, atendendo ao desejo de sua esposa. Em 1891, foi eleito vereador, Presidente da câmara e Agente Executivo Municipal, iniciando assim, como destacam autores como Barbosa (1985) e Fiúza (1988), a era Zacariana que muito modificou a cidade. Reeleito sucessivas vezes, em 1894, 1897, 1900 e 1903, veio a morrer administrando a cidade.

Dr. Zacarias, marcou seu governo, ou sua era, através das mudanças no espaço urbano da cidade, sendo chamado de “urbanizador da cidade” por Fiúza (1988), que destaca que ele abriu praticamente todas as ruas e praças de Dolores do Indaiá, de acordo com o plano traçado pelo engenheiro Francisco Palmério. Porém, desconsidera grande parte do que já existia no local e vem mudar a estrutura do arraial já existente na cidade, transformando as ruas estreitas e tortuosas em ruas retilíneas e largas e privilegiando alguns espaços já existentes, mais nobres e ocupados, como o entorno do largo de São Sebastião (atual Praça dos 100). Contudo, Barbosa destaca que, segundo depoimento do próprio Dr. Zacarias, não foi preciso desapropriar nenhum terreno, pois *“todos os pedaços de quintais de que havia necessidade, para endireitar ou alargar algum logradouro público, foram obtidos mediante acordo com os proprietário.”* (BARBOSA, 1985, p. 97). Dr. Zacarias, além de se destacar como o “urbanizador da cidade”, também fundou a Casa de Caridade, criou escolas rurais e a Biblioteca Pública e foi responsável pelo plantio de árvores no largo São Sebastião. Em sua administração, Dolores foi elevada a sede da comarca. É importante destacar ainda que hoje recebem seu nome uma das ruas de principal importância no centro da cidade, uma Escola Estadual e a Santa Casa de Misericórdia da cidade.

Já o engenheiro Francisco Palmério fixou residência na cidade somente após o convite de Dr. Zacarias. O Plano por ele projetado e executado na cidade segue modelos da época higienista, como podemos perceber em Belo Horizonte, capital do Estado. Segundo Barbosa, Francisco Palmério escreveu: *“É talvez a única cidade do Estado de Minas, que possui arruamentos tão completos, satisfazendo todas as exigências do bem estar público.”* (BARBOSA, 1985, p. 97). O plano setoriza a cidade, delimitando áreas como o parque da cidade e deixando largos significativos para espaços como praças, teatro, etc. porém

desconsiderando o traçado de ribeirões e córregos que cortam a cidade. Após implantado o plano, com a cidade já remodelada e retificada, Francisco Palmério foi incumbido de estudar o problema de abastecimento de água e, após estudos e várias soluções, apresentou um relatório completo e minucioso que constitui verdadeiro retrato da cidade em 1898. Francisco calculou a população em 2.500 habitantes, possuindo 460 casas. Contudo, como a maioria dessas casas não era de boa qualidade, a Câmara adquiriu uma pedreira que franqueou ao público, sendo a primeira casa de tijolos construída em 1874. Em seu estudo, Palmério cita as fontes da cidade: a Fonte do Povo (a ser estudada no capítulo 4), a Fonte da Paineira, a Fonte de Nossa Senhora e a Fonte do Buracão e também cita que eram comuns as cisternas. A cidade possuía 48 ruas e 22 praças. Apesar deste estudo, e da cidade ter sido planejada dentro dos conceitos higienistas, Dr. Zacarias não chegou a realizar o serviço de abastecimento d'água, já que o orçamento não comportava mais obras.

Explicitada a Paris de Haussman, podemos perceber que a intenção de Dr. Zacarias era quase a mesma para Dolores, possuindo os mesmos conceitos higienistas, dada as dimensões desta pequena cidade. Primeiramente, a idéia do plano ou planta da cidade, ampliando e criando amplas vias com intensa arborização também no sentido norte-sul e leste-oeste, como em Paris. A demarcação de áreas como as praças e os largos, o Parque Municipal e o Cemitério, vêm exercer a função de ventilar e garantir a salubridade na ambiência da cidade. Após a execução do plano, como já citado acima, Dr. Zacarias ainda tenta estabelecer um sistema de água para a cidade, não sendo este implantado por insuficiência de verbas.

Também é importante destacar que é do final do século XIX o projeto de construção da nova matriz para a cidade, com planta também de Francisco Palmério. Porém, apenas concluídos os alicerces, paralizou-se a obra. Ela somente foi retomada ao final de 1914 e o projeto não era o primitivo de Francisco Palmerio, mas fora sim executado pelo engenheiro do Estado e fornecida pelo Dr. Benedito dos Santos, por ordem do Secretário da Agricultura Dr. José Gonçalves de Souza. E, em 1921, estava concluída a matriz de Nossa Senhora das Dolores.



Figura 5: Trabalhadores da obra da nova matriz e de sua praça. Ao fundo vê-se o antigo Fórum. Início do séc. XX.

Fonte: Foto Leonam



Figura 6: Vista da Avenida Francisco Campos (nome atual) com a nova matriz aos fundos. Data provável da foto: final da década de 1920.

Fonte: Foto Leonam

4.3 O crescimento urbano e a configuração dos seus espaços

*“- E o tempo vai-se afastando
Na penumbra da saudade,
Eis uma outra geração,
Dentro de uma nova cidade.”
(GUIMARÃES JÚNIOR, 1970)*

Se analisarmos o contexto atual da cidade, podemos perceber que há uma configuração de bairros, porém há ainda uma configuração de regiões, conforme autodenominação da população de acordo com a evolução dos espaços e com características comuns. Para conclusão de meu curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, estudei as áreas da cidade, definindo assim regiões, ou unidades ambientais urbanas, de acordo com dados relacionados às questões apresentadas. Estas unidades serão apresentadas a seguir (ver figura 7).

O centro da cidade se configura pelo espaço ocupado desde 1798, ou seja, é o espaço mais antigo e consolidado, incluindo o largo de São Sebastião (atual Praça dos 100) e o seu crescimento adjacente. As vias, após a remodelação da cidade em 1898, são amplas, de baixa declividade, com largos passeios e intensa arborização. É dotada de espaços públicos (praças, vias etc.) generosos. Com uso predominantemente misto, concentra os principais equipamentos urbanos, de comércio e de serviços. Ocupado, em geral, por população de classe média e classe média alta, a área se constitui como espaço de todos, o que será discutido no próximo capítulo, na abordagem de espaços que se encontram nesta área da cidade. A curiosidade deste espaço é que a cidade cresceu a partir deste ponto para somente três de seus lados, estando o centro confrontando quase que diretamente com a área rural do município, próximo ao cemitério, considerado “periferia da cidade”, conforme relato já citado por Barbosa (1985).

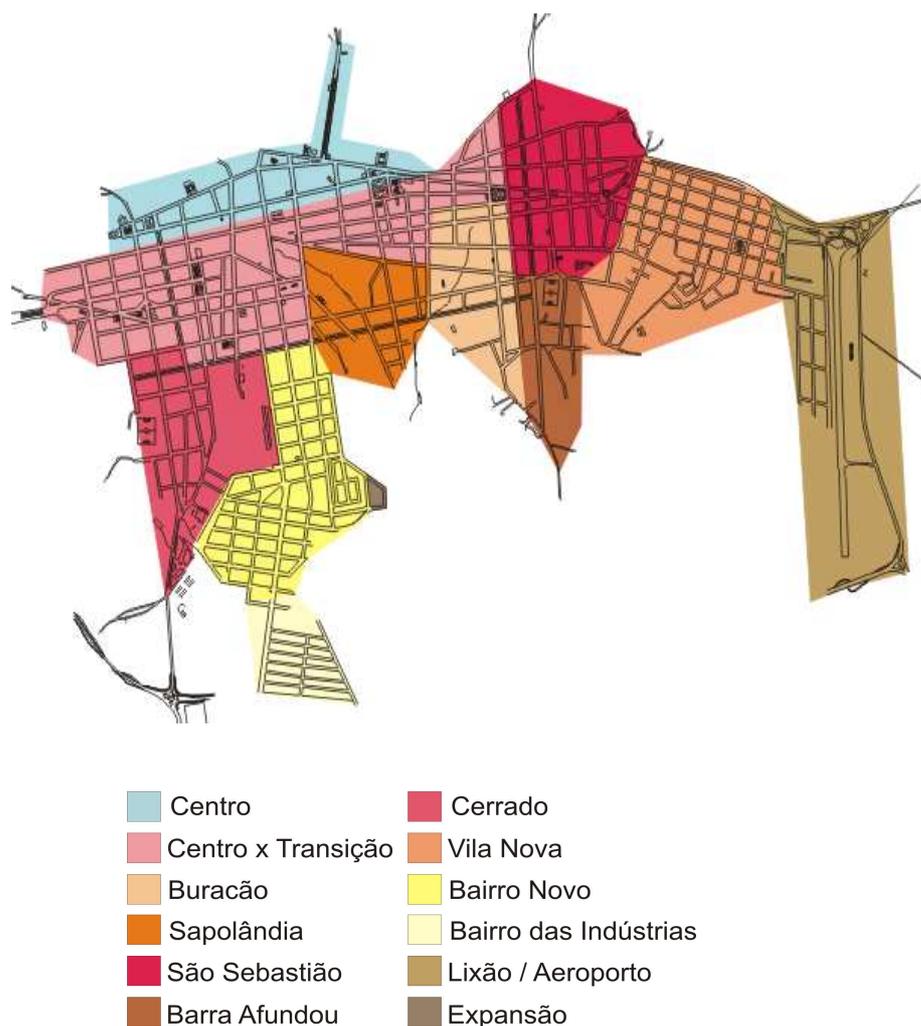


Figura 7: Demarcações das unidades ambientais urbanas, 2004
Fonte: Oliveira, 2004

Circundando o Centro, temos uma unidade que foi configurada como centro x transição, por se tratar de uma área que surge como expansão do Centro e atualmente se confunde a ele não somente por suas edificações como por sua ambiência urbana, sendo também constante no plano de 1898 da cidade. Esta área também possui uso predominantemente misto com ocupação por população de classe média e classe média alta. Neste espaço, encontra-se a Fonte do Povo (ver figura 8), citada por Palmério em seu relatório e prevista na planta da cidade, que possuía grande significado para a população dorense e hoje se assemelha a um espaço abandonado. Os principais equipamentos urbanos da cidade, como bancos e clubes, além das principais praças se concentram no centro e em sua área de transição.

**Figura 8: Vista da Fonte do Povo em 2004, a partir da Rua Dr. Zacarias.
Fonte: Oliveira, 2004**

O Buracão se caracteriza como uma área marcada pela presença de um córrego, em torno do qual estaria o Parque da Cidade (ver figuras 9 e 10), espaço que apesar de sua existência física, nunca assumiu a função que lhe fora designada no plano inicial da cidade. Sendo ligado ao Centro, sua ocupação advém da expansão do mesmo, como podemos perceber em relatos de Barbosa (1985). Atualmente, há a ocupação das margens do córrego por construções irregulares (invasões) e, muitas vezes, bem precárias. Sua proximidade com o Centro permite também uma maior acessibilidade aos principais equipamentos urbanos da cidade. Como praças são uma raridade nesta área, podemos perceber como a população desta mancha se apropria de suas vias e outros espaços públicos intensamente, o que também é decorrência de um menor movimento de carros nestes espaços.



Figura 9: vista de rua pavimentada no Buracão, nas laterais vê-se o que seria o Parque da Cidade, 1984.

Fonte: Foto Leonam

Figura 10: vista de rua no Buracão, nas laterais vê-se o que seria o Parque da Cidade, 2004.
Fonte: Oliveira, 2004

A Sapolândia, unidade também constante no plano de 1898 e com ocupação decorrente da expansão do centro, hoje marcada pelo antigo equipamento urbano conhecido como Sapolândia (ver figuras 11 e 12), configura espaço em torno de via implantada em fundo de vale, determinando a declividade das vias que são, em sua maioria, em paralelepípedos. Apresenta edificações em bom estado de conservação e ocupação por população de classe média, tendo a área boa infra-estrutura urbana. É área com uso predominantemente residencial e com carência de espaços públicos para sua população após a

desativação da Sapolândia, que configurava um clube e um pequeno zoológico na região, chegando a ser comparado ao Parque da Cidade, pela administração pública que a criou como tal.



Figura 11: Sapolândia, 1982.
Fonte: Foto Leonam



Figura 12: Sapolândia, 1982.
Fonte: Foto Leonam

O bairro São Sebastião, espaço de ocupação posterior à área central, configura-se pela declividade que conduz suas vias ao morro da Capelinha, ponto mais alto da cidade, sendo um mirante, com a presença da escultura do Cristo Redentor e de antenas de TV que servem à cidade. Este espaço é amplamente utilizado pela população, em especial a população desta mancha, do Barra Afundou e da Vila Nova. Destaca-se, também nesta área, o largo formado no entorno da Igreja São Sebastião, ocupado pela população, especialmente com barraquinhas em certas épocas do ano. As vias são, em sua maioria, em paralelepípedos de média declividade com intensa arborização. É uma área com uso predominantemente residencial, sendo que as edificações possuem bom estado de conservação e boa qualidade arquitetônica.

Sua população é, em sua maioria, de classe média, tendo a área boa infra-estrutura urbana. Deve-se destacar, ainda, a presença da Praça de Esportes, clube esportivo aberto a toda comunidade que possibilita o seu uso pela população carente de toda a cidade.

A região do Barra Afundou está próxima à mancha São Sebastião, de ocupação posterior à mesma. Área relativamente consolidada, integrada às fazendas da periferia da cidade, estando em expansão em direção às mesmas. As vias, em sua maioria com calçamento em paralelepípedos, são plenamente apropriadas, dada a falta de praças na área e à vivência urbana do espaço. As edificações estão em regular estado de conservação e ainda não têm um boa qualidade arquitetônica, sendo presentes na região residências implantadas pela Sociedade São Vicente de Paula que são doadas à população carente da cidade. É ocupada por população de classe média, classe média baixa e classe baixa, sendo a área servida com boa infra-estrutura urbana e seu uso é predominantemente residencial.

O Cerrado parece ser um espaço de ocupação posterior às manchas citadas. Contudo, Fiúza (2003) ressalta que sua ocupação data antes mesmo da formação do arraial. O espaço apresenta vias, em sua maioria, com calçamento em paralelepípedos, sendo amplas e de intensa arborização, de uso constante pela sua população, dada a escassez de praças na área. Sendo uma área já bem consolidada, possui um bom estado de conservação e relativa qualidade arquitetônica das mesmas. Sua população possui ascendência marcante da população negra do município (quilombolas) que veio tardiamente para a zona urbana da cidade, porém antes dos índios, ocupando zona periférica da cidade, sendo uma população, em sua maioria, de classe média e classe média baixa. A área tem boa infra-estrutura urbana, mas, por ser uma das áreas mais altas da cidade, tem, em certas épocas do ano, o abastecimento de água comprometido. A área tem uso predominantemente residencial, mas com presença de equipamentos atratores da população da cidade, como o Campo de Futebol e o Parque de Exposições.

A Vila Nova, espaço de ocupação relativamente recente, data da década de 1980, mas já se encontra bem consolidado. Corresponde aos Bairros Vila José, de ocupação mais antiga; e Vila São Geraldo (ver figura 13), de ocupação datada de meados de 1980, após doações de lotes pela Prefeitura Municipal. As vias, de boa declividade, vêm adquirindo uma ambiência de maior qualidade com a configuração adequada dos passeios e de sua arborização. As edificações ainda não possuem uma boa qualidade arquitetônica, mas estão, em sua maioria, em bom estado de conservação. Incorporou recentemente novas áreas de expansão da cidade, como área próxima ao Pavilhão Godofredo Araújo, o asilo e a Casa de Caridade da cidade. A população dessa região possui ascendência marcante dos índios que ocupavam o município (caiapós, tapuias e abaetés) e que vieram para a zona urbana tardiamente, ocupando, assim, o

que era a periferia da cidade, configurando uma população de classe média e de classe média baixa. A área possui boa infra-estrutura urbana, mas que, por ser uma das áreas mais altas da cidade tem, em certas épocas do ano, o abastecimento de água ainda comprometido. O uso da área é predominantemente residencial. A população sofre com a exclusão no uso dos espaços públicos centrais em eventos da cidade por possuir certa rivalidade com a população residente no Cerrado.

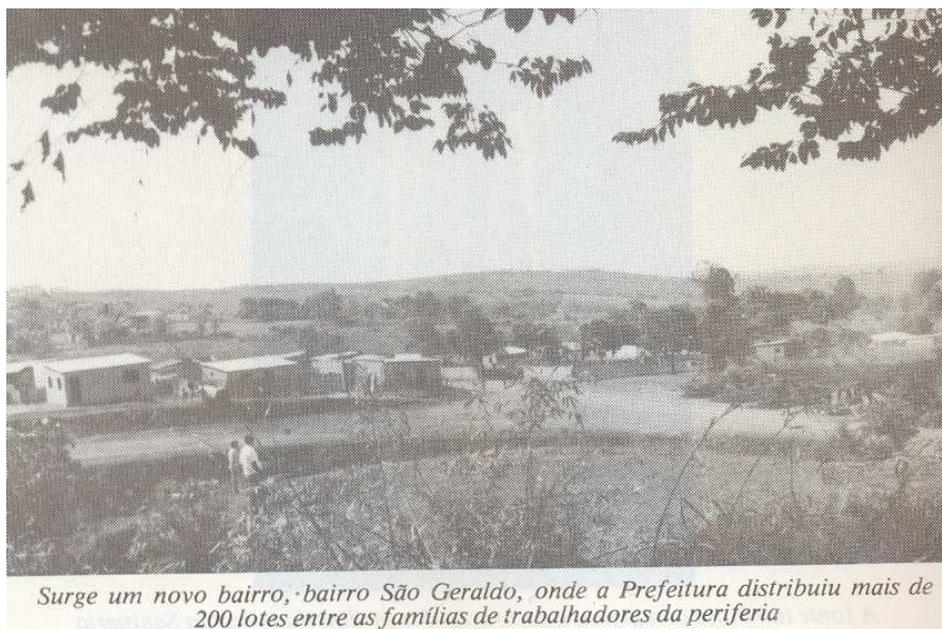


Figura 13: Vila Nova – Bairro Vila São Geraldo, após 1985.
Fonte: Fiúza, 1988.

O Bairro Novo (bairros Osvaldo de Araújo e Osvaldo Soares) é um espaço de ocupação relativamente recente, mas que já se encontra bem consolidado. Sua ocupação se deu após loteamento da área e doação dos lotes pela Prefeitura Municipal, datado da década de 1990. As vias, de boa declividade, vêm adquirindo uma ambiência de maior qualidade com a configuração adequada dos passeios e de sua arborização. Elas são amplamente utilizadas pela população local, dada a falta de praças e largos na região. Com o uso predominantemente residencial, esta unidade possui duas áreas contrastantes: uma, de população de classe média e classe média alta, com lotes maiores, tendo alguns vazios e com edificações em excelente estado de conservação e boa qualidade arquitetônica; e outra, ocupada por população de classe média e classe média baixa, com lotes menores, maior densidade de ocupação e edificações em bom estado de conservação, mas ainda regular qualidade arquitetônica. Esta unidade se encontra em expansão em direção ao anel rodoviário da cidade e ao Bairro das Indústrias.

O Bairro das Indústrias, de ocupação recente da cidade, devido à sua criação pela

Prefeitura Municipal, também data da década de 1990. Esta unidade configura-se pela presença de galpões, da estrutura que seria o shopping center da cidade e pelas edificações residenciais. As vias, ainda sem qualquer tipo de pavimentação, não possuem passeios e têm pouca arborização. As edificações estão em bom estado, porém com má qualidade arquitetônica. Ocupada por população de classe média e classe média baixa e classe baixa, a área ainda não é servida, em sua totalidade, de infra-estrutura urbana adequada. Este espaço denota a segregação do espaço urbano refletida especialmente na qualidade do espaço urbano tratado, não possuindo asfalto ou paralelepípedos em suas vias e, tampouco, espaços públicos e áreas de lazer.

O Lixão / Aeroporto e áreas de expansão são espaços de ocupação recente (década de 1990 e 2000), especialmente devido ao crescimento da cidade e à movimentação desta área decorrente da coleta seletiva, já que esta região contém o espaço destinado à separação do lixo e é relativamente próxima à área onde se acumula o lixo recolhido na cidade. É uma área com uso predominantemente residencial, com edificações em mau estado de conservação e pior qualidade arquitetônica, sendo, em sua maioria, sem reboco ou somente com este, sem pintura. Ocupada por população de classe média baixa e classe baixa, a área ainda não é servida, em sua totalidade, de infra-estrutura urbana adequada. As vias, em sua maioria, não apresentam qualquer tipo de pavimentação, mas com uso amplo como espaço de convivência social. Este espaço também reflete a segregação do espaço urbano refletida especialmente na qualidade do espaço urbano tratado, não possuindo asfalto ou paralelepípedos em suas vias e, tampouco, espaços públicos e áreas de lazer.

No mapa apresentado em meados de 1980 (figura 14), podemos perceber através da configuração dos bairros, a existência das áreas designadas como Vila Nova, Cerrado, Parte do Bairro Novo (somente Bairro Oswaldo Araújo), Barra Afundou e Bairro São Sebastião, além das áreas já existentes na Planta da Cidade de 1898. Ainda não havia o Bairro Aeroporto / Lixão, o restante do Bairro Novo, o Bairro das Indústrias e demais focos de expansão. Já nos mapas da cidade a partir da administração municipal de 2000, podemos perceber a inclusão desses espaços (figura 15).

Figura 14: Mapa da cidade em meados de 1980.

Fonte: Prefeitura Municipal

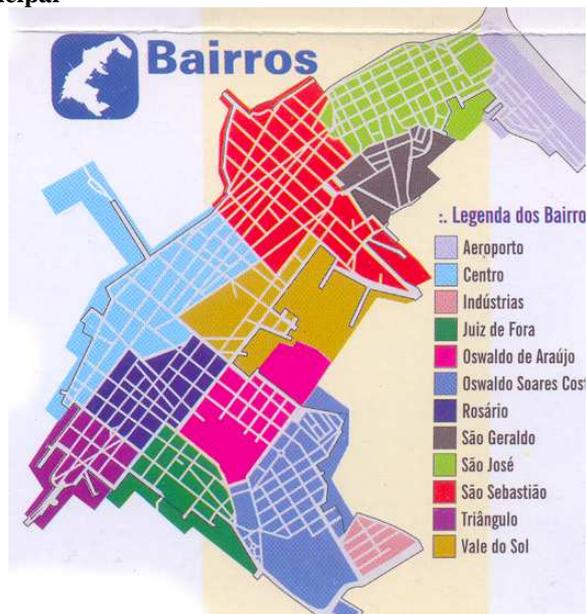


Figura 15: Mapa da cidade em 2005.

Fonte: Prefeitura Municipal

Onde lê-se: Juiz de Fora, equivale à área do Cerrado; Oswaldo Araújo e Oswaldo Soares, equivale ao Bairro Novo; São Geraldo e São José, equivale à Vila Nova; Vale do Sol, equivale à Sapolândia; e, por último, Centro, Rosário e Triângulo mesclam as manchas do centro e sua transição e o Buracão.



Figura 16: Vistas parciais da cidade em dois momentos (1988 e 1980, respectivamente).

Fonte: Foto Leonam

Através dos Censos Demográficos, podemos perceber o crescimento gradual da

população urbana do município, e conseqüente diminuição da população rural, apesar da população total variar pouco, desde 1970 (ver tabela 2). De acordo com o último censo divulgado (Censo 2000, ver tabela 3), a população total é de 14.388 pessoas, sendo que 1.082 pessoas residem na zona rural. Podemos observar, então, um pequeno declínio da população total. Checou-se a relação desse declínio com a emancipação de distritos pertencentes ao município, o que não teve influência, já que o último distrito emancipou-se na década de 1960.

Através de estudos recentes sobre a economia do município (ver tabela 4), observamos que o setor agropecuário, apesar de ser conhecido como a base tradicional da economia da cidade, já não possui a mesma importância. O PIB industrial superou o PIB agropecuário desde 1999 e, o PIB de serviços superou-o desde 1998.

TABELA 2
População Residente em Dores do Indaiá (MG)
em 1970, 1980, 1991 e 2000

Anos	Urbana	Rural	Total
1970	12.465	3.242	15.707
1980	13.046	2.138	15.184
1991	12.738	1.149	13.887
2000	13.306	1.082	14.388

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

TABELA 3
Censo Demográfico 2000
População residente, sexo e situação do domicílio e População residente de 10 anos ou mais, em Dores do Indaiá (MG)

População residente, sexo e situação do domicílio					População residente de 10 anos ou mais		
Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Total	Alfabetizada	Taxa alfabetização (%)
14.388	7.022	7.366	13.306	1.082	11.953	10.400	87

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

TABELA 4
Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes em Dores do Indaiá (MG)
em 1998, 1999, 2000 e 2001 (unidade: R\$ - mil)

Ano	Agropecuário	Indústria	Serviço	Total
1998	12.620	8.315	27.015	47.950
1999	11.620	14.171	29.236	55.027
2000	11.867	12.896	30.470	55.233
2001	11.397	12.248	34.114	57.759

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP)

4.4 A escolha dos espaços

*“Mais ao longe o São Francisco
Deslizando para o mar.
Ó rio grande e sereno.
Grande rio de encantar...*

*Embaixo a Fonte do povoamento
Cheinha de lavadeiras.
Batem roupa o dia inteiro,
Ao som de canções brejeiras.(...)*

*Nas ruas sem movimento
Os jovens iam jogar,
Jogavam malha, com gosto,
Para a cidade animar*

*As quermesses da Matriz,
Hoje belo Santuário,
Tinham graça, tinham música.*

*Como as festas do Rosário.(...)
Nossa antiga Rua Quinze,
Uma querida Avenida
É hoje Francisco Campos
Da mocidade a querida.(...)*

*Na antiga Praça da Matriz.
Lindo coreto no centro,
Márcia do Mestre Tonico,
Banda tocando lá dentro.”
(GUIMARÃES JÚNIOR, 1970)*

Dentro do contexto urbano apresentado e também através dos estudos prévios já citados (OLIVEIRA, 2004) foram escolhidos quatro espaços a serem estudados. Estes espaços foram escolhidos para ilustrarem melhor o tema de espaços públicos nas cidades de pequeno porte e também para ser possível relacionar a utilização e apropriação dos espaços à sua configuração urbana. Esses espaços foram divididos em dois grupos chamados de espaços “vivos” e espaços “mortos”, inspirando-se em Jacobs (2001).

Dentre os espaços “vivos” estudados, estão a Praça Prefeito Mário Carneiro, a “Praça da Matriz”, e a Avenida Francisco Campos, a “Avenida”. São espaços que, até mesmo quem visite a cidade pela primeira vez exibem a sua vivacidade e sua importância para a cidade. São ainda marcados pela história e pelo plano inicial da cidade, como podemos ver neste capítulo, e estão no Centro da cidade.

Já entre os espaços “mortos” estudados estão a Praça do Povo e o Parque da Cidade. São áreas constantes do plano inicial e que ou existiram e já “se foram” ou nunca nem chegaram a existir. A importância do estudo destes espaços está não só em relacionar a sua não utilização à sua configuração, mas também em verificar a importância do plano inicial na constituição do espaço urbano e sua relevância para a população.

Assim, estes foram escolhidos ao se observar que alguns espaços pareciam permanecer

com seu significado desde sua concepção inicial, enquanto outros pareciam perder este significado e outros nunca recebê-lo, a não ser no papel. Foram escolhidos também porque tratam de diferentes configurações espaciais, com diferentes paisagens e grupos urbanos. Podemos nos perguntar, então, porque estes espaços que parecem assemelhar-se, podem ter suas apropriações tão diferenciadas e qual a relação deste fato com a formação de sua paisagem urbana, dada a evolução de cada espaço. É essencial também compreender como a população vê e interage com estes espaços, destacando quais as representações, identidades e memórias acerca destes espaços dentro de seu contexto urbano. São estes pontos que serão trabalhados a seguir, no próximo capítulo.

5 AS IMAGENS E A MEMÓRIA DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE: PAISAGEM, ESPAÇO E GRUPOS URBANOS

5.1 A pesquisa

Neste capítulo, trata-se da sequência do estudo dos espaços explicitados anteriormente. Primeiramente, foi analisada sua paisagem física e social, havendo uma descrição individual. Buscou-se ressaltar os principais aspectos de sua história, sendo também apresentada, após observações em campo do local, em diferentes dias e horários, uma análise da apropriação desses espaços, quando também foram feitas entrevistas estruturadas com pessoas que utilizam os espaços e com moradores da região.

As entrevistas foram realizadas em dias diferentes e com faixas etárias e grupos distintos. A idade dessas pessoas variou entre 14 e 73 anos e foram entrevistados moradores das regiões do Centro, Vila Nova, Bairro Novo, São Sebastião e Centro x Transição (bairros Triângulo e Rosário). Foram feitas, ao todo, vinte e cinco entrevistas. Dentre elas, vinte e três não foram realizadas no local de estudo, mas sim no local de trabalho ou de residência dos entrevistados, após verificar que essas pessoas utilizavam os espaços estudados. Procurou-se, assim, evitar que o “estar no espaço” induzisse algumas respostas às perguntas feitas, como, por exemplo, qual era o espaço marcante da cidade. Duas entrevistas foram efetuadas próximo ao local de estudo, sem roteiro fixo de entrevista. Nestas, procurou-se aprofundar a investigação sobre os espaços que não possuem mais a sua função de quando a cidade fora planejada. Foram escolhidos nesta etapa vizinhos dos locais em questão, que lá residem há mais tempo. Assim, foram trabalhados também os conceitos de memória e representatividade e serão discutidos, a seguir, os marcos referenciais presentes nos espaços estudados e qual a sua relevância para a população local, além das interações entre as populações das diferentes áreas. Por fim, serão cruzadas as informações obtidas a fim de estabelecer uma relação entre os conceitos até aqui estudados.

5.2 A Praça Prefeito Mário Carneiro (Praça do Santuário)

A Praça Prefeito Mário Carneiro, antiga Praça do Santuário ou Praça da Matriz, como é mais conhecida na cidade, não era um espaço valorizado no surgimento do povoamento. O lugar onde ela estava localizada era um subúrbio, quando da criação do arraial. Contudo, já na planta inicial da cidade constava sua ampla localização. Após a construção da Matriz (já explicitada no capítulo anterior) e com o crescimento urbano, este local passou de espaço marginalizado para espaço amplamente valorizado e também central. A Praça da Matriz e todo o seu entorno (que é fundamental para sua ambiência), ao alvorecer da vila, não era a sede da matriz, mas hoje se consagra como um espaço vivencial do povo dorense.

Atualmente ela se configura fisicamente como um espaço amplo, aberto e muito arborizado, com vegetação de grande porte e rasteira. Em seu centro, a fonte (figura 21) marca a sua presença, assim como um grande cruz azul e branco. Seu piso, em pedra portuguesa, permite uma continuidade no passeio, apesar de haver grande desnível. A Igreja Nossa Senhora das Dores, a Igreja da Matriz, está conectada a Praça em seu ponto mais alto, o que permite que quase todas as visadas a tenham como fundo e referencial.

Essa estrutura física, porém, foi sendo modificada ao longo do tempo. Inicialmente, a praça era bem limpa, com pouca vegetação e com um coreto ao centro (ver figuras 17 e 18). Depois, foi modificada, tornando-se arborizada. Retirou-se o coreto e implantou-se uma fonte em seu lugar. Instalou-se também um caramanchão na parte próxima ao Fórum da cidade. Na última reforma, retirou-se o caramanchão, mudou-se o piso, instalou-se a cruz (símbolo da Igreja Católica), continuando a mesma muito arborizada, inclusive com árvores de grande porte, como pau-brasil, gameleiras etc. A praça está sendo revitalizada atualmente, mas não será alterada a sua estrutura.

A Avenida Francisco Campos encerra-se na Praça e, vindo dessa avenida, temos à esquerda um pequeno quarteirão que, na constituição inicial da praça pertencia à mesma, com um largo de visualização da Escola Estadual Dr. Zacarias. Contudo, hoje esta quadra se encontra ocupada pela agência local do Banco do Brasil e edificações adjacentes que pertenciam aos gerentes da mesma. À direita da Praça, onde seu nível é mais baixo, temos a Rua Dr. Zacarias, onde podemos destacar a presença do Fórum. A Praça se localiza justamente à frente da Igreja de Nossa Senhora das Dores (Igreja da Matriz), sendo que ela se conjuga com outra praça em frente ao seminário (à direita) e com a antiga Câmara Municipal (à esquerda).

A Igreja é a referência marcante da Praça e é importante destacar que vários símbolos relacionados ao poder de uma cidade interiorana estão ou estavam presentes na Praça, como a própria Igreja já citada, o Fórum, a Câmara Municipal, a Escola Estadual Dr. Zacarias e a agência do Banco do Brasil.

Observou-se esta Praça em diferentes dias e horários e foi possível perceber sua ampla utilização, o que nos chama a atenção para a vivacidade deste espaço. Durante a semana, o que marca é a sua função de passagem e encontro. Ela serve de transição entre diversos bairros e regiões, como para a população que vem do São Sebastião, do Buracão, entre outros, e o Centro propriamente dito. Já pela manhã, podemos perceber diversas pessoas que “passam” pela Praça em direção ao trabalho ou à escola. Muitas vezes, essas pessoas que fazem seu caminho por este espaço, que são crianças, adolescentes, jovens e adultos, por ali param para conversar ou até mesmo encontrarem outras pessoas para continuarem seu percurso. Este mesmo movimento é perceptível no fim da manhã, por estudantes, no fim da tarde, por alunos e trabalhadores e à noite, por estudantes deste período. Estes alunos e trabalhadores que transitam neste espaço são, em sua maioria, residentes de áreas mais afastadas do Centro.

Ainda pela manhã, aglomeram-se na Praça um grupo de adultos e idosos, em especial, com ligação com a Igreja que ocupam espaço considerado privilegiado no local, a área de esquina mais próxima à agência do Banco do Brasil. Eles usavam esta área para divulgação de eventos da Igreja, durante a reforma da mesma, e terminaram por adotar o espaço para sua convivência. Levam cadeiras (de plástico ou de metal, tipo espreguiçadeiras) de suas próprias casas e ficam por ali durante quase todo o dia.

As atividades do Centro e que circundam a Praça, como as agências bancárias, o Fórum, as Escolas, entre outras, também garantem o “movimento” da mesma. Para esperar uma audiência, ou o filho sair da escola, ou a fila do banco diminuir, as pessoas ali se sentam e conversam. Segundo a entrevistada M., na praça *“espera-se uma pessoa para acompanhá-la até outro ponto da cidade ou então podemos esperar uma audiência ou a fila do Banco diminuir sentados em seus bancos”*. É também *“um lugar que a maioria das pessoas que vem de outros bairros resolvem algumas coisas, passam por ali, formando grupos de amigos para conversar”* (entrevistada N.). Percebendo o movimento que existe, diversos ambulantes que passam pela cidade (geralmente vindos de outra cidade) escolhem a Praça para mostrarem seus produtos e se aglomeram, geralmente ocupando espaços da Praça mais próximos à Avenida Francisco Campos, ou à Igreja.

À noite, durante a semana e, em especial, no período de férias (a pesquisa de campo abrangeu período de setembro a dezembro, podendo ser estudado a diferença no uso do espaço durante as férias escolares), adolescentes e jovens se encontram nesta área. Eles jogam, conversam, tocam músicas. Um grupo de jovens skatistas também se destaca no uso deste espaço e utilizam muito este espaço, a ponto de “fechar” algumas das ruas que o cercam para uso de rampas móveis para manobrar.

No fim de semana, o que marca a Praça são as missas, casamentos e batizados, que acontecem pela manhã e à tarde, gerando grande fluxo de pessoas que neste espaço esperam o início dos eventos ou permanecem nele, após o mesmo, para conversarem, tirarem fotografias etc. Em geral, são pessoas de todas as regiões da cidade, apesar da forte presença de residentes do Centro e Centro x transição. Durante o fim de semana, também é marcante a frequência de pais que levam filhos pequenos para passearem e brincarem no local. Geralmente, são pessoas que residem próximo ao local, sendo que poucas vezes, podemos perceber um público de regiões um pouco mais distantes do Centro.

A Praça é amplamente utilizada para eventos cívicos e religiosos. Comemorações cívicas se iniciam nela e terminam no fim da Avenida Francisco Campos, como foi possível perceber quando é comemorado o aniversário da cidade (8 de outubro) e no dia das crianças, quando o espaço é tomado por alunos das escolas da cidade em jogos e brincadeiras. Em festas religiosas, como a tradicional Festa da Congada, a Praça é tomada por uma multidão de fiéis que atrai também ambulantes. O espaço chega a ter mais pessoas que a própria Igreja. A Praça fica realmente *“cheia de pessoas, fiéis, ambulantes”* (entrevistada C). Como cita ainda a mesma entrevistada, *“atualmente é lá que estão sendo realizadas algumas tarefas para a sociedade, como por exemplo encontros esportivos, encontros para procissões e até mesmo algumas palestras, no caso seriam as atrações para o meio ambiente.”*

Em todas as entrevistas realizadas, a primeira pergunta era qual espaço da cidade se destacava para a pessoa. Aproximadamente 80% das pessoas indicaram esta Praça como o espaço marcante da cidade. Todos os entrevistados disseram utilizar o espaço da Praça, sozinhos ou acompanhados, pelo menos uma vez por semana. Ao serem perguntados sobre a importância do espaço para a cidade, destacaram o espaço como o *“cartão de visitas da cidade”*, sendo um *“espaço bonito e aconchegante”* e de *“festas religiosas”* e para estar com a família. O espaço foi citado como o *“coração da cidade”*. Entre as atividades que as pessoas realizam na Praça foram amplamente citadas passeio com filhos, *“ando de bicicleta com meu filho, faço caminhadas”* (entrevistada V.), eventos e promoções da Igreja, somente *“passar pela praça”*, ir até lá *“apreciar o movimento da cidade”*, encontrar com os amigos e *“bater papo”* (entrevistado D.)

Dentro do contexto apresentado, podemos perceber a vivacidade presente no espaço em estudo quase que desde a sua concepção. Se analisarmos a sua configuração espacial e os usos abordados, podemos realmente perceber uma relação entre ambos. Primeiramente, a Praça é um espaço aberto, se conecta a vias de todos os lados, ou seja, não está fechado em meio a um quarteirão. Este fato facilita o trânsito de passagem que é praticamente forçado por sua localização entre os bairros e o Centro da cidade, o que permite o uso do espaço por

diversas classes sociais. Sua arborização e a fonte permitem uma ambiência agradável que proporciona bem-estar para os usuários. A Igreja, assim como as outras referências de poder citadas, elevam o “*status*” do espaço, além de proporcionar o “*movimento*” do mesmo, tornando-o sempre vivo, batendo o coração que mantém viva a cidade.

A apreensão deste lugar, remetendo ao conceito de Kohlsdorf (1996) apresentado no capítulo 3, se dá primeiramente pela configuração arquitetônica e geográfica da cidade e do espaço em questão. Os equipamentos que circundam a Praça e a sua localização estratégica garantem seu uso e a sua referência na memória das pessoas. E, como é observado, esta referência foi construída ao longo da história, ao constituir-se como um espaço central da cidade, diante da evolução urbana da mesma. A função antes ocupada pela Praça São Sebastião, marco inicial do aglomerado, foi transferida à Praça Prefeito Mário Carneiro, sendo que esta teve seu símbolo reforçado por sua centralidade atual. Segundo Santos (1994), Castells (1999) e Hall (1999), conforme já explicitado anteriormente, a identidade é marcada pela diferença, ou seja, é um conceito relacional. Assim, o que garante a identidade desta Praça está em sua relação centro x outros espaços da cidade x periferia e nas características advindas deste contraste, deste conflito. O centro, como já visto, concentra as atividades de trabalho, estudo, comércio e serviços, além de elementos de poder, como os que circundam a Praça. O que garante e reforça seu uso.

É interessante perceber, ainda, que apesar de ser uma pequena cidade em que as pessoas parecem se conhecer, os grupos, conforme explicitado, ocupam áreas específicas da Praça e horários determinados, havendo uma mescla maior somente durante a “passagem” pelo espaço. Esta observação pode remeter-nos aos conceitos de “*estrangeiro*” e “*atitude blasé*” de Simmel, explicitados no capítulo 2, já que, apesar de parecerem conhecidas, as pessoas passam por diversos “estranhos” neste espaço todos os dias.

Por sua centralidade, podemos classificar a Praça Prefeito Mário Carneiro como uma *praça central*, categoria apresentada por Andrade e Jayme (2006) em seu estudo de espaços públicos de grandes cidade. Ela se destaca por seu bom estado de conservação, pela presença de equipamentos como bancos, iluminação e, principalmente, por sua acessibilidade. Como as autoras destacam, as praças dessa categoria “*compartilham com o Centro o aspecto simbólico da representação da vida e da memória da cidade e por isso concentram (...) marcos simbólicos*” (ANDRADE; JAYME, 2006, p.8). Outro fator presente nesta categoria de praça é a intensa presença de vendedores ambulantes e também as paradas pontuais (como o descanso daqueles que trabalham no Centro, ou para encontrar colegas) assim como acontece na praça em questão. Ainda segundo elas, “*as praças dos espaços centrais abrigam maior diversidade social*” (ANDRADE; JAYME, 2006, p.9). Mas são espaços muito utilizados

como pontos de encontros.



**Figura 17 : Praça do Santuário. Data provável: década de 50.
Fonte: Foto Leonam**



**Figura 18 : Praça do Santuário – Imagens do coreto. Data Provável: década de 50.
Fonte: Foto Leonam**



**Figura 19: Praça do Santuário, 1972.
Fonte: Foto Leonam**



**Figura 20 : Vista aérea da Praça do Santuário, final da década de 1990.
Fonte: Foto Leonam**



**Figura 21: Vista atual da Praça Pref. Mário Carneiro (detalhe da fonte e da cruz).
Fonte: Foto Leonam**



**Figura 22: Vista aérea de Dorés do Indaiá em 1936, com destaque para a Praça do Santuário e seu largo onde hoje se encontra o Banco do Brasil. Destaque também para a Avenida Francisco Campos.
Fonte: www.doresdoindaia.com.br**

5.3 A Avenida Francisco Campos

A Avenida Francisco Campos, antiga Rua 15 de Novembro ou Avenida Central, mais conhecida atualmente pela população como simplesmente a “Avenida”, se inicia na Praça Cívica e na Escola Francisco Campos, ícone da educação regional, e se finda na Praça Prefeito Mário Carneiro (Praça da Matriz). Estes dois espaços (a Avenida e a Praça da Matriz) se encontram na unidade ambiental urbana denominada de Centro e constam no plano datado de 1898.

Na Avenida estão os principais equipamentos urbanos da cidade, apesar de, no início do povoamento da vila/arraial, este espaço ser marginalizado (como visto no capítulo anterior). A Avenida Francisco Campos se relaciona diretamente com a Praça da Matriz, formando uma largo em seu entorno.

A Avenida é ampla e de baixa declividade, fato decorrente do traçado da Planta da Cidade, com passeios relativamente largos, o que facilita o “caminhar” em sua extensão de aproximadamente um quilômetro. Ela se destaca por ser a avenida de maior fluxo da cidade, tanto de pedestres quanto de veículos, e a arborização presente gera uma perspectiva que emoldura a Igreja da Matriz. As edificações presentes na Avenida possuem de um a quatro pavimentos e são, em sua maioria, de estilo arquitetônico eclético, proto-moderno ou contemporâneo. Elas não possuem um afastamento da Avenida, configurando um corredor horizontal ao longo da mesma.

Através de observações feitas no local, também durante diferentes dias e horários, foi possível perceber que a população que circula nesta avenida tem, basicamente, o interesse em sua concentração de comércio e serviços, ou seja, vem a este espaço à procura de serviços, objetos de compra ou para seu próprio trabalho. Todas as agências bancárias da cidade estão na avenida, assim como um dos dois maiores clubes da cidade. Também estão presentes neste espaço lojas de roupas e similares, supermercados, lojas de material de construção, eletrodomésticos, além de escritórios de advocacia, contabilidade, entre outros serviços, sorveterias e outras atividades. É a via que concentra o maior número de atividades relacionadas ao comércio e serviços da cidade. E o que garante o movimento deste espaço é, principalmente, esta característica.

Assim como a Praça Pref. Mário Carneiro, o caráter de “passagem” é perceptível também neste espaço. A via central da cidade não só articula um centro de atividades como funciona como um elo de ligação entre as diversas regiões da cidade, fazendo com que

diversas classes sociais se cruzem no espaço. As pessoas passam pelo centro a caminho do trabalho e da escola ou simplesmente para “ver o movimento” da cidade. Assim, as pessoas presentes nesse espaço vêm de diversas regiões da cidade, o que compreende também pessoas de diferentes rendas, grupos e características.

O uso diferenciado deste espaço acontece nas noites de finais de semana ou em festas, como do aniversário da cidade (08 de outubro) e outros eventos. Parte da Avenida, onde há uma concentração de restaurantes, bares e lanchonetes, é, algumas vezes, fechada para que as pessoas utilizem o espaço destinado à circulação de veículos para sua diversão ou para eventos religiosos, como procissões, por exemplo. Assim, é importante ressaltar que, apesar de concentrar o comércio, o que favorece sua utilização durante a semana, também há atrativos que possibilitam o uso deste espaço no fim de semana. A avenida ainda se destaca pelos eventos relacionados à religiosidade, como a Semana Santa e a Festa do Rosário (Festa da Congada).

Durante a semana, o movimento no comércio e nas outras atividades citadas é acentuado nos trechos entre os quatro quarteiros mais próximos da Praça da Matriz. Neles concentram-se as agências bancárias, padarias e sorveterias, comércios tidos como tradicionais (como o Foto Leonam, do “seu Manelzinho”, presente há 50 anos no local) e comércio atual (como a Eletrozema, que segue estilo de Casas Bahia), do Indaiá Clube e de supermercados (como a cooperativa COMADI). Nestes espaços vê-se uma maior concentração de pessoas, de diferentes classes e regiões. Elas, muitas vezes, nem sequer compram ou usam algum equipamento ou serviço, mas simplesmente caminham pelo espaço para “encontrar gente conhecida” (entrevistada A.), “ver o movimento e bater papo com os amigos” (entrevistado D.). A concentração aumenta à medida que nos aproximamos da Praça da Matriz.

Nas entrevistas, as pessoas foram questionadas sobre o uso e importância do local. Todas as pessoas declararam utilizar o espaço no mínimo duas vezes por semana e, algumas pessoas declararam utilizá-lo várias vezes ao dia. Os entrevistados destacaram o espaço como o lugar do comércio, mas não só isto foi o que se ressaltou. O espaço mostrou-se importante “elo” entre os bairros, entre os trajetos casa-trabalho ou casa-escola. O espaço, apesar de estar na região do Centro, é utilizado, por exemplo, para uma pessoa que reside na região Vila Nova ir estudar na Escola Francisco Campos ou, então, ir trabalhar na região do Bairro Novo. Alguns dos entrevistados chegaram a destacar o espaço como a “artéria principal” ou a “coluna vertebral” da cidade. A avenida, além de ser citada como “passagem” a diversos lugares, ainda foi citada como um “ponto de encontro”, já que em uma cidade onde “praticamente todos se conhecem” é fácil entrar em um banco e encontrar um amigo ou ir às

compras e “*achar um primo, tia etc*”. Este fato nos remete ao conceito de *comunidade*⁶, já que há uma ligação entre os usuários do espaço que pode surgir, ou não, desde o nascimento, formando um laço invisível entre os indivíduos através de redes, como a de parentesco e a de vizinhança. O fato também nos direciona ao conceito de “visibilidade inevitável”, estudado no capítulo 2, ao destacar a proximidade entre as pessoas e o reconhecimento entre elas através de marcas pessoais, dominadas pela coletividade.

Ao analisarmos a configuração espacial da Avenida em questão, podemos relacioná-la com outras que parecem possuir a mesma função. Podemos citar, por exemplo, o caso da Av. Padre Pedro Pinto na região de Venda Nova, ou a rua Platina na região Oeste, ambas em Belo Horizonte. São espaços que parecem ligar toda a região e que possuem um padrão de configuração parecido ao da Avenida Francisco Campos. Com vias relativamente amplas, concentram comércio, entre outras atividades. Nestas vias também as edificações não possuem afastamento frontal o que parece formar um corredor horizontal. É interessante perceber que esta configuração faz com que o pedestre “caminhe” no espaço e o vivencie.

Assim, mesmo que também o utilize através de um automóvel, utiliza o espaço caminhando e mantém viva a “artéria” da cidade ou da região. É importante destacar que, apesar de encontrar-se em uma cidade de pequeno porte, a via em estudo possui as mesmas características de uma via situada em uma grande cidade. O que permite este fato é sua função, sua localização e pelos usos presentes neste tipo de espaço público. Contudo, deve-se ressaltar que o conceito de “comunidade” está presente nesta relação e é o que permite que ele seja um espaço de encontro, ao reforçar as redes de ligação entre as pessoas e os espaços, o que permite conectar e separar ou excluir, ao mesmo tempo, as pessoas.

Podemos perceber, então, quão “vivos” são estes espaços, a “Avenida” e a “Praça da Matriz”, utilizando a terminologia de Jacobs (2001). A autora percebe um local como “vivo”, através da sua diversificação de usos, o que garante a vivacidade, além da “proteção” do local. A área torna-se utilizável quase todo o tempo, o que garante segurança e uma maior interação entre a população da cidade.

Contudo, podemos perceber conflitos entre a Avenida e a Praça. Enquanto a Avenida “é o espaço em que todos se conhecem”, na Praça isso nem sempre acontece. Apesar de ser a ligação entre áreas da cidade, a via se configura menos como espaço de passagem do que a Praça e, conseqüente, menos como um espaço de “estranhos”. Na avenida há sempre uma “relação” entre as pessoas, mesmo que seja somente comercial. E, esta relação transmite a visão de comunidade, mais intimista de uma pequena cidade.

⁶ Ver discussão sobre o conceito de comunidade de Tonnies, no capítulo 2.

5.4 A Praça do Povo e o Parque da Cidade

A Praça do Povo, onde antigamente estava a Fonte do Povo, consta no plano inicial da cidade e se encontra no centro da cidade. É possível perceber, através de contos e casos de Fiúza (2003) e pela poesia de Guimarães Júnior (1970), citada no capítulo anterior, que este espaço era amplamente utilizado pela população, tanto de classe baixa como de classe alta. Era um espaço de convivência, tanto de lazer como de trabalho (como o trabalho das lavadeiras, por exemplo).

Fiúza (2003) cita que a Praça do Povo e, em especial, a Fonte do Povo, localizada na mesma, era um espaço popular, utilizado por lavadeiras durante quase todos os dias da semana e pela população do centro, incluindo “*distintos fazendeiros*”, durante certos eventos. Dentre eles, o autor cita uma enchente em que vários pertences da população foram encontrados dentro da Fonte. Guimarães Júnior (1970), assim como o entrevistado S., também explicita o uso do espaço em questão pelas lavadeiras.

Hoje, a Praça do Povo já não possui a função de espaço público como planejado em sua concepção inicial. Este espaço tornou-se um “problema” diante da administração da cidade. Com esgoto clandestino a céu aberto, entulhos e alta vegetação, pode-se perceber que as pessoas evitam o lugar, usando-o, muitas vezes, como uma extensão do quintal de suas casas ou, em último caso, como passagem para outra rua. É possível observar também que a população vem incorporando o espaço em questão em seus lotes.

Nas entrevistas, quando foi perguntado sobre este espaço, se as pessoas conheciam ou, pelo menos, já ouviram falar, apenas 10% dos entrevistados citaram ter ouvido algo sobre o espaço, sendo que apenas uma pessoa lembrava-se do mesmo (uma vizinha do espaço em questão com quem se realizou uma entrevista em profundidade). A entrevistada relatou que o espaço é uma “*chaga viva no coração da cidade*”, pois antigamente “*havia ciganos, lavadeiras, água límpida*” e “*hoje é o lixão do Centro*”. Ela disse que conta-se que Dr. Zacarias, ao propor no traçado original da cidade a Praça do Povo, sonhou com uma “*praça democrática*” e o “*sonho tornou-se apenas um desenho*”.

O espaço da Praça do Povo encontra-se na Rua Dr. Zacarias (primeira paralela abaixo à Avenida Francisco Campos). É uma rua de intenso movimento por ter incorporado o comércio remanescente da “*Avenida*”. A Praça se configura no meio de um quarteirão, entre lotes. Este fato pode ter favorecido a sua degradação e não utilização pela população, além da

falta de manutenção, já que com as enchentes (relatadas por Fiúza, 2003) a fonte pode ter transbordado várias vezes dificultando o acesso da mesma. Contudo, podemos perceber que, quando criada, em seu traçado original, a Praça não estaria no meio de um quarteirão. Ela teria todos os seus lados voltados para vias. O Senhor J., ao ser entrevistado, relata-nos que os espaços de entorno da Praça foram ocupados por “*construções*”, o que contribuiu para a degradação e o desuso da praça.

O Parque da Cidade, apesar de receber esta função no plano inicial da cidade, nunca chegou a exercê-la. Contudo, ainda hoje permanece parte de sua vegetação exuberante e o córrego que havia no local. Atualmente, o espaço sofre ocupação pela população, especialmente por invasões, como foi citado no capítulo anterior, ao relatar as características em que ele se insere, o Buracão. O Parque é o próprio “buraco” que dá nome à região.

Após ter ruas cruzando o parque, a partir da década de 1980, o parque vem se desfazendo e hoje é ocupado clandestinamente e usado também como extensão dos quintais das casas de seu entorno. Ao conversar com um vizinho do Parque, ele me disse que seu lote “*terminava no córrego*”, sendo a área do Parque “*incluída no seu IPTU*”. É possível ainda observar a degradação do espaço, com esgoto e entulho, o que já compromete a nascente existente no local (no próprio “buraco”). O vizinho do Parque, ao ser entrevistado, relata a importância do córrego para a cidade, que possuía “*água límpida e que poderia ser utilizada em toda a cidade*”. Ele cita ainda que “*conflitos políticos*”, como a decisão sobre a fonte de abastecimento de água na região e sobre a localização do clube que existiu na Sapolândia⁷ interviram no local, gerando degradação do espaço e interrompendo o curso normal do córrego.

Ao perguntar aos entrevistados sobre o Parque da Cidade, ninguém soube ao certo do que se tratava. Quem conhecia o plano da cidade apenas afirmou que se tratava de uma “utopia”. O que realmente acabou sendo a área em questão. Este espaço, como explicitado no capítulo anterior, é conhecido pela população por “*Buracão*”, por sua configuração espacial, não tendo um significado para população. Para os entrevistados, é um “*espaço perdido*” e sem uso.

Ao questionar sobre qual espaço da Cidade se destacava na opinião dos entrevistados, a vizinha da Praça do Povo relatou ser o “*Buracão*”. Para ela, esta área vem incorporando a função do Centro que se expande (o comércio, serviços, lazer etc)⁸ e está tornando-se a “*usina da cidade*”, o que realmente movimentava a cidade.

Ao tentar buscar semelhanças entre o Parque da Cidade e a Praça do Povo, podemos

⁷ Ver descrição das unidades ambientais urbanas, no capítulo 4.

⁸ Ver crescimento do setor de serviços, citado no capítulo anterior, tabela 4.

perceber que ambos são tratados como uma utopia, embora a Praça realmente tenha existido. Ambos os espaços hoje parecem “*encaixar -se*” entre o quarteirão, tendo sido o seu espaço ocupado lentamente pela população ao longo do tempo.

Decidiu-se, então, perguntar aos entrevistados se eles sabiam que a cidade havia sido planejada e qual a importância deste fato para a cidade. Das pessoas entrevistadas, apenas 50% sabia que a cidade havia sido planejada. Para elas, há relevância deste fato para a cidade. As ruas e cruzamentos da cidade “*são amplas, retas*”, “*bem planejadas*” assim como “*os quarteirões são bem distribuídos*”. Vários ressaltaram a importância de um projeto, especialmente para uma cidade. Contudo, destacaram o problema de vários “*sonhos*” ficarem “*somente no papel*”, como o Parque da Cidade.

Durante as entrevistas aos vizinhos dos espaços de estudo, foi possível perceber a utilização dos mesmos pela população que reside em seu entorno, como se os espaços fossem parte de seu quintal, criando-se hortas e galinheiros, por exemplo.

Dentre os conceitos simmelianos, está o de que não faz sentido pensar o espaço vazio de interações e, nessa perspectiva, o espaço não é objeto de estudo das Ciências Sociais. E, se o espaço é o lugar de ação, ele está em contínua mudança (LEITE, 2004). *Não acompanhar essas mudanças pode ser a proclamação de sua morte, uma vez que se mantém como referência um espaço que já não existe mais* (ANDRADE; JAYME, 2006, p.4)

Utilizando-se da terminologia de Jacobs (2001), podemos apontar tanto a Praça do Povo quanto o Parque da Cidade, como espaços “mortos”, “esvaziados” de seus significados ao longo do tempo e sem “diversificação” de seu uso. Contudo, percebe-se uma reviravolta neste fato, ao percebermos a incorporação de funções do Centro e pela utilização do local, mesmo que sua função seja alterada. De qualquer forma, os significados iniciais dos espaços foram perdidos e substituídos. Ao reconhecer o espaço como o “seu quintal”, o próprio entrevistado (vizinho do Parque) define o novo uso do espaço.

A memória destes espaços perde-se, não somente pela sua “falta de função”, mas também pela escassez de políticas de preservação da memória e de incentivo à identidade local. Podemos observar que a população criou uma nova “representação” para esses espaços, diferente da proposta pelo poder público ao criar o traçado da cidade. Na bibliografia estudada, apesar de ainda serem relatados “casos e contos” sobre a Praça do Povo, o Parque sequer fora mencionado, comprovando a inexistência de sua função desde sua concepção.

Também podemos utilizar aqui, ao falar desses espaços o conceito de espaços residuais de Andrade e Jayme (2006). Nessa categoria de espaços públicos estão as áreas que são oficialmente denominadas assim, mas que na prática são apenas espaços livres. Ou seja, esses locais não são reconhecidos como praças (ou parques, por exemplo) e, tampouco,

apropriados com esse sentido (ANDRADE; JAYME, 2006, p.14). A Praça do Povo e o Parque da Cidade, assim como os espaços que compõem esta tipologia em geral, não possuem equipamentos, seu paisagismo é simples, não possuem padrão de iluminação próprio e têm difícil acessibilidade (ANDRADE; JAYME, 2006, p.15). São, assim, espaços públicos somente no papel.

5.5 Espaços “vivos” x espaços “mortos”

Ao concluir a pesquisa de campo, foi possível utilizar a tipologia estabelecida por Andrade e Jayme (2006), utilizada em grandes cidades, também na cidade de Dores do Indaiá, cidade de pequeno porte. Os espaços estudados foram divididos, basicamente, em dois tipos: os espaços “centrais” e os “residuais”.

Os espaços chamados, a princípio, de “vivos” neste estudo, utilizando-se a tipologia de Jacobs (2001) são os espaços “centrais”, não somente por sua localização geográfica dentro da cidade, mas também por sua história, estrutura e vivacidade. São lugares que abrigam vida, diversidade e memória.

As áreas chamadas, inicialmente, de “mortas”, também utilizando-se a tipologia de Jacobs (2001) são os espaços “residuais”, espaços vagos e tendo sua função explicitada claramente somente no papel. Contudo, é possível observar certa vivacidade nestes espaços, ao perceber que a população agrega novo uso aos mesmos.

Portanto, contrapondo um tipo de espaço ao outro, a questão de vivacidade é evidenciada, assim como a representatividade da memória vivida e a acessibilidade aos lugares.

6 CONCLUSÕES

Após concluir o estudo exposto nesta dissertação, várias questões podem ainda ser discutidas. Porém, voltemos aos questionamentos explicitados primeiramente na Introdução desta, para vermos até onde foi possível estabelecer uma resposta às questões.

Inicialmente, foram levantadas as seguintes questões:

- a configuração do espaço poderia influenciar o uso e apropriação destes espaços e poderia ser, ao mesmo tempo, influenciada por seus usos, apropriações e modificações dos mesmos?
- qual a relação entre a apropriação dos espaços públicos e a paisagem urbana dos mesmos em uma cidade de pequeno porte, no atual contexto dessa cidade?
- diferentes espaços influenciam diferentes tipos de sociabilidade?
- espaços planejados provocam diferente reação da população em relação aos não planejados? Como a população vê seus espaços?
- qual o porquê dessas representações?
- como o atual processo de reestruturação urbana atua nos modos de vida dessa população e como isso se reflete em seus espaços urbanos?
- O comprometimento mútuo e o pertencimento ao lugar ainda persistem em cidades de pequeno porte?

Através da pesquisa realizada, podemos perceber que a configuração do espaço pode sim influenciar o uso e apropriação dos mesmos. A Praça Prefeito Mário Carneiro, assim como a Avenida Francisco Campo, que são espaços amplos, abertos e se encontram em um espaço de transição, absorvem um fluxo grande de pessoas que os utilizam plenamente. No entanto, a Praça do Povo, tal qual o Parque da Cidade, que hoje são fechados entre lotes, encontrando-se no meio de um quarteirão do Centro da cidade e no meio de quarteirões do “Buracão”, respectivamente, não propiciaram uma utilização do mesmo, tornando-se locais de “*desencontro social*” e não de encontro.

Assim, o espaço também sofre as conseqüências de seu uso e diferentes espaços provocam diferentes tipos de sociabilidade. Como a apropriação do espaço não foi algo inerente à Praça do Povo, a mesma perdeu a sua função de Praça, tornando-se apenas um espaço vazio na cidade. O Parque da Cidade, que nunca exercera sua real função, despertou nova função, contudo, irrelevante próximo à sua utópica idealização.

Nas cidades de pequeno porte, as pessoas parecem mais próximas, apesar de já ter sido constatado várias questões em que ela se assemelha à cidades de grande porte. Contudo, no

centro de uma cidade de pequeno porte as pessoas de todas as regiões da cidade podem se encontrar e se conhecer. O espaço da área urbana e a quantidade de residentes de uma cidade de pequeno porte são, obviamente, menores, o que facilita a interação. A Avenida Francisco Campos é um espaço que proporciona a interação, assim como a Praça da Matriz. Apesar de ter sido destacado a semelhança com vias da capital, acredito que a inversão é que é correta. Uma via que se configura como um centro de um bairro em uma cidade grande é que aproxima-se do centro da pequena cidade. Também foi possível aplicar categorias utilizadas para definir espaços públicos de grandes cidades em cidades de pequeno porte, como explicitado no capítulo anterior ao utilizar as categorias conhecidas como espaços residuais e espaços centrais.

Ainda há um certo pertencimento da população à cidade pequena. Eles se reconhecem no espaço, como foi possível perceber nas entrevistas ao perguntar se o espaço escolhido tinha a “cara de sua cidade”. Eles relacionam seus espaços à cidade, assim como o seu encontro social que ocorre no mesmo. As pessoas vêm seus espaços de acordo com o modo que a utilizam ou necessitam desses espaços. Daí a maior importância creditada à Praça Mário Carneiro durante as entrevistas realizadas. O local é necessário para a plena utilização do centro da cidade, assim como a “Avenida”, o que faz com que a sua representação para a população identifique a construção de um espaço não só de passagem, como de encontro.

O processo de reestruturação urbana que vem ocorrendo atualmente altera, mas ainda não muito, o movimento da pequena cidade. Os espaços urbanos ainda são utilizados amplamente, especialmente pelo pedestre, apesar do favorecimento do uso do automóvel.

Espaços planejados diferenciam-se de espaços não planejados. Durante as entrevistas, apesar da população não conhecer a planta inicial da cidade e de não reconhecerem espaços constantes da mesma (como o Parque da Cidade), vários entrevistados destacaram a importância de se morar em uma cidade planejada, citando vantagens como “*ruas amplas*”, “*espaços de agradável ambiência e de adequada proporção*”.

Após a pesquisa de campo, podemos nos perguntar qual a influência do poder público na construção da identidade da população e como o mesmo interage com os seus espaços públicos. Apesar de ser mais visível o modo como o poder público interage nestes espaços, podemos perceber que, geralmente, influi negativamente no processo de construção de representações para a população. O espaço público serve de “*campanha política*”, assim como será destruído o que uma certa administração criou ou ajudou a manter, caso a próxima administração seja de oposição. Este fato foi perceptível ao entrevistar o vizinho do Parque da Cidade. O poder público e sua disputa colaborou não só com a degradação do espaço, como a sua perda de função. E, em todos os locais de estudo, foi possível perceber a “privatização” ou

“loteamento”, mesmo que clandestino, dos espaços públicos, promovidos, muitas vezes, pelo próprio poder público. É importante ressaltar que o próprio poder público, ao ser entrevistado⁹, não percebe o descaso com que é tratado o assunto e negocia o próprio espaço. Ao ler esta dissertação, pode-se perguntar o porquê de não haver uma entrevista mais detalhada com representante do poder público. Contudo, admitiu-se que os diversos problemas citados com o mesmo iniciaram-se antes mesmo da última administração e são recorrentes em toda a história da cidade.

Assim, podemos terminar esta dissertação ainda levantando a seguinte questão: ao crescer a pequena cidade, ainda levará consigo traços de sua comunidade, de sua população em seus espaços urbanos? E, como serão marcados estes espaços no decorrer de seu tempo? As funções de um espaço poderão ser sempre renovadas? Poderão espaços “mortos” ter nova função que faça reviver o mesmo?

⁹Entrevistas realizadas durante o projeto realizado para revitalização da Praça Prefeito Mário Carneiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rachel de Castro. **Paisagem urbana e espaço público: um estudo de duas praças de Belo Horizonte**. 2001. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; BUENO, Maria Elizabeth Taitson; ABREU, João Francisco. Cidades de porte médio e o Programa de Ações Sócio-educativas para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro: Associação de Geografia Teorética, v. 12, n. 23-24, 1982.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os limiões demográficos na caracterização das cidades médias. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto. 2002.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna**. Belo Horizonte: Ed. PUC-Minas, C/Arte, 2004.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; JAYME, Juliana Gonzaga. As praças como espaços públicos das grandes cidades. **25ª Reunião Brasileira de Antropologia**, GT A cidade e seus lugares: práticas e representações. Goiânia. 2006.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; JAYME, Juliana Gonzaga; ALMEIDA, Rachel de Castro. Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles. **XXVIII Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu. 2006.

ARANTES, Antônio Augusto (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

AUGÉ, Marc. **Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Dores do Indaiá**. Belo Horizonte, 1985.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. História de Dores do Indaiá. In: **O Liberal**. Dores do Indaiá, 1985.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dores do Indaiá do passado**. Belo Horizonte, 1964.

BAIRRO das indústrias??? e Suplemento Poético. In: **Gazeta Dorense**. Ano III. Nº 29. Dores do Indaiá, abril de 2002.

BANCK, Geert. **Dilemas e Símbolos – Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo**. Vitória: Gráfica Ita, 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Edusp, 2000.

BECKER, Howard S. Observação Social e Estudo de Casos Sociais. In: **Método de pesquisas em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 117-133.

BELLAVANCE, Guy. Proximidade e distância da cidade: a experiência da cidade e suas representações. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, UERJ, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1999.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert (org.). **História da Análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1980.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000.

CANIELLO, Márcio. O Ethos SanJoanense: tradição e mudança em uma “cidade pequena”. **MANA** 9 (1): 31-56, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A categoria da (des)ordem e a pós-modernidade na antropologia. In: **Pós-modernidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro, Elsevier/ Editora Campus, 1997. Cap. 18, p. 401-419.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. In: **A Sociedade em Rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura; vol.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiorafia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CENSO Demográfico Brasileiro 2000. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOCIÊNCIAS.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: Utopias e Realidades – Uma antologia**. São Paulo:

Editora Perspectiva, 1979.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Memória Histórica de Nova Ponte**. Belo Horizonte: CEMIG, 1997.

D'INCAO, Maria Ângela. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. In: **Tempo Social**, vol. 4, nº 1 e 2, São Paulo, 1992.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVIS, Mike. **Cidade de Quartzos: escavando o futuro em Los Angeles**. São Paulo: Scritta, 1993.

Dores do Indaiá em revista. Edição 01. Dores do Indaiá, 1986.

Dores do Indaiá – Administração 93 / 96.

DURHAN, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO (org.) **A Aventura Antropológica**. São Paulo, Paz e Terra, 1986.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FERREIRA NUNES, Brasilmar. Weber, Simmel e Wirth: a cidade e o cidadão na sociedade de mercado. In: COELHO, Maria Francisca Pinheiro; BANDEIRA, Lourdes; MENEZES, Marilde Loyola de (orgs.). **Política, ciência e cultura em Max Weber**. São Paulo, Imprensa Oficial, 2000.

FIÚZA, Rubens. **Do São Francisco ao Indaiá: História e Estórias de Dores do Indaiá**. Belo Horizonte, 2003.

FIÚZA, Rubens. **O Diamante do Abaeté e Outros Contos**. 1º v. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1988.

FORTUNA, Carlos. Espaço Público urbano e cultura em Portugal. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Nº 52/53, novembro de 1988, fevereiro de 1999.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREITAS, Nilson Almino de. **Sobral: opulência e tradição**. Sobral: Edições UVA, 2000.

FRÚGOLI, Heitor. A dissolução e a reinvenção do sentido de comunidade em Beuningen, Holanda. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.18 nº 52 junho/2003.

FRÚGOLI, Heitor. Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1989.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade Pessoal**. Oeiras, Celta, 1997.

GOVERNO Municipal utiliza recursos próprios e realiza grande obra no córrego das Conduas. In: **Gazeta Dorense**. Ano III. Nº 29. Dores do Indaiá, abril de 2002. Solução definitiva, p. 16.

GUIMARÃES JÚNIOR, Antônio Caetano da Silva. **Paisagens de nossa terra – Dores do Indaiá**. Belo Horizonte, 1970.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.

HUYSSSEN, Adreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martim Fontes, 2001.

JAYME, Juliana, **Travestis, transformistas, Drag-queens e transexuais: personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa**. 2001. Campinas, Dissertação (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Publicação Brasília :UnB, Universidade de Brasília ,1996 .

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

LOFLAND, Lyn H. **A World of Strangers: order and action in urban space**. Illinois: Waveland Press, 1973.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

MACEDO, Silvio Soares. Paisagem, lotes e tecidos urbanos. In: **Paisagem, Ambientes, Ensaios**. São Paulo, nº 10, p. 9-50, 1997.

MAGNANI, Carlos. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 49, v. 17, junho de 2002.

MATA, Sérgio. **Chão de Deus.: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil (Séculos XVIII e XIX)**. Berlim: WVB, 2002.

MELO, Denise M. Patrimônio e Planejamento Urbano. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, v. 6, nº 6, p. 7-14, dezembro de 1998.

MIRANDA, Orlando de (org.). **Para ler Ferdinand Tonnies**. São Paulo, EDUSP, 1995.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e a história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, 10, 1995.

OLIVEIRA, Manuela Lauriano da Silva Oliveira. **Plano Integrado de Dores do Indaiá**. 2004. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OLIVEN, Ruben G. **A antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PAIVA, Vanessa A. Comunicação e a sociabilidade em espaços urbanos. In: BRAGA, Jose Luiz; PORTO, Sérgio; FAUSTO NETO, Antônio. **A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política**. Rio de Janeiro: Diaderim, 1995.

PECHMAN, Robert Moses (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

PINTO, Julio Pimentel. **Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luís Borges**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/biblioteca>>. Acesso em: 26/09/2007.

SÁ, Patrícia Rodrigues Costa. **Os centros urbanos emergentes**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SALCEDO HANSEN, Rodrigo. El espacio público em el debate atual: uma reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. **EURE** (Santiago), Setembro de 2002, vol. 28, nº 84, p.5-19.

SANTOS, Boaventura. Modernidade, identidade e cultura de Fronteira. In: **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora Hucitech, 1997.

SCHORSKE, Carl. A cidade segundo o pensamento europeu: de Voltaire a Spengler. In: **Espaço e Debates**, ano IX, 1989, p. 47-57.

SENNET, Richard. **O declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA; PINTO. (org.) **Metodologia das Ciências Sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 1986.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mensal. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

Revista Sindicato e Cooperativa. Números 1, 2, 4, 5. Dores do Indaiá, 1981 / 1982.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e Sociedade. In: **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

VELHO, Gilberto, Memória, identidade e projeto. In: **Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel. In: NEIBURG, Federico; PONTES, Heloísa; SOUZA, Jessé; MICELI, Sergio & WAIZBORT, Leopoldo (org.). **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo, EDUSP, 1999.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2000. 1a. Edição.

WEBER, Max. Conceito e categoria de cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

Nome (opcional, caso a pessoa não queira identificar-se):

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

1. Reside em Dores há quanto tempo?

2. Em qual bairro?

3. a) Qual é o espaço que se destaca na cidade, em sua opinião?

b) Por quê?

4. a) Você frequenta este espaço (espaço anteriormente citado)? Com qual frequência?

b) O que você faz neste espaço?

d) Frequenta o espaço só ou com algum grupo, amigo, etc.?

5.a) Na sua opinião, o que mudou neste espaço (anteriormente citado) nos últimos anos?

b) Você lembra dele antes? Era melhor ou pior? Por quê?

c) Este espaço tem a “cara” do seu bairro ou da cidade? Por quê?

6. a) Em sua opinião, qual a importância da Praça Pref. Mário Carneiro (Praça da Matriz) e da Avenida Francisco Campos para a cidade? Por quê?(se for o espaço já citado, não perguntar)

b) Você frequenta esta praça? Com qual frequência?

c) Você utiliza o espaço da Avenida? Com qual frequência?

d) O que costuma fazer nestes espaços? Sozinho ou em grupos?

e) O que mudou nestes espaços nos últimos anos?

f) Lembra deles antes? Eram melhores ou piores?

g) Eles têm a “cara” da cidade? Por quê?

7. a) Você sabia que a cidade teve um plano, um projeto inicial?

b) Vê alguma importância neste plano ou alguma diferença da cidade em relação a outras cidades devido a este plano inicial?

8. Conheceu (ou já ouviu dizer algo a respeito sobre) a Praça do Povo e o Parque da cidade? (chamados assim pelo plano da cidade)?

b) O que sabe ou lembra desses espaços?

c) Vê alguma importância neles para a cidade? Qual?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)